



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Mariana Filipa Rodrigues Pereira

**O IMPACTO PSICOLÓGICO DA EXPOSIÇÃO À
VIOLÊNCIA INTERPARENTAL**

**UM ESTUDO QUALITATIVO COM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ACOMPANHADOS NO ÂMBITO DOS
PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação,
Desenvolvimento e Aconselhamento, orientada pelo Professor
Doutor Pedro Manuel Malaquias Pires Urbano e apresentada à
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade
de Coimbra**

setembro de 2022

Resumo

O impacto psicológico da exposição à violência interparental: um estudo qualitativo com crianças e adolescentes acompanhados no âmbito dos processos de promoção e proteção

Considerando que o conflito interparental tem um forte impacto no desenvolvimento e ajustamento, desenvolveu-se o presente estudo com o objetivo de analisar as eventuais consequências da exposição de crianças e adolescentes à violência entre os seus progenitores e/ou cuidadores, com a particularidade daqueles nunca terem sido alvo de mau trato direto. Para tal, recorreu-se ao método qualitativo, através de um estudo de quatro casos, nomeadamente de três crianças e uma adolescente com processos abertos na CPCJ de Cinfães, com idades compreendidas entre os oito e os quinze anos. Considerou-se pertinente a utilização de instrumentos de auto resposta para a obtenção dos dados, entre os quais o STAIC-c2 (Questionário de Ansiedade Estado / Traço para Crianças), o CDI (Inventário de Depressão para Crianças), o PHCSCS (Escala de Autoconceito de Piers-Harris), o EPQ-J (Questionário de Personalidade para Crianças e Adolescentes) e a EPCCI-C (Escala de Perceção da Criança sobre os Conflitos Interparentais), para além disso, fez-se também uma análise do conteúdo dos processos de promoção e proteção. Os dados recolhidos evidenciaram alguns dos efeitos descritos na literatura, sendo possível concluir que as consequências mais evidentes, transversais a todas as participantes, são a instabilidade emocional, o autoconceito negativo e a sintomatologia ansiosa.

Palavras-chave: criança, adolescente, exposição à violência interparental, estudo de caso

Abstract

The psychological impact of exposure to interparental violence: a study of children and adolescents monitored within the scope of promotion and protection processes

Whereas interparental conflict has a strong impact on development and adaptation, this study was developed with the aim of analyzing the possible consequences of exposure of children and adolescents to violence between their parents and/or caregivers, with the particularity of those who have never been the target of direct abuse. For this, the qualitative method was used, through a study of four cases, three children and one adolescent with open processes in the CPCJ of Cinfães, aged between eight and fifteen years. It was considered relevant the use of self-responsibility instruments to obtain the data, among which the STAIC-c2 (State Anxiety Questionnaire/ Trait for Children), the CDI (Children's Depression Inventory), the PHSCS (Piers-Harris Self-concept Scale) (Personality Questionnaire for Children and Adolescents) and the EPCCI-C (Child Perception Scale on Interparental Conflicts) also made an analysis of the content of the promotion and protection processes. The data collected showed some of the effects described in the literature, and it is possible to conclude that the most evident consequences, transversal to all participants, are emotional instability, negative self-concept and anxious symptomatology.

Keywords: *child, adolescent, exposure to interparental violence, case study*

Agradecimentos

Aproxima-se a meta de mais uma etapa, esta que consistiu num dos maiores desafios da minha vida. Que a par de me ter permitido crescer enquanto profissional, me possibilitou a redescoberta enquanto pessoa. Apesar de aparentar ser uma longa viagem, fez-se curta, com a colaboração das pessoas certas, às quais aproveito para endereçar a minha gratidão.

A Deus, por me ter concedido a sabedoria, a resiliência e a força que tanto pedi.

Ao Professor Doutor Pedro Urbano, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, atenção e generosidade na partilha de tantos conhecimentos e experiências.

Às crianças e à adolescente que constituem a amostra deste trabalho, sem as quais a realização do mesmo não seria possível, por terem partilhado comigo parte das suas vidas.

À Câmara Municipal de Cinfães, instituição que me acolheu para realizar o estágio curricular, onde tive o privilégio de aprender tanto e, que me permitiu o contacto com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cinfães. À qual endereço também um agradecimento pela oportunidade e partilhas enriquecedoras.

À Doutora Susana Pereira, para quem não tenho palavras suficientes para exprimir a gratidão pela dedicação, disponibilidade e generosidade contínua ao longo desta etapa.

Aos meus pais, por serem o pilar da minha vida, me permitirem viver este sonho e me apoiarem sempre, incondicionalmente.

À minha avó, pelo exemplo de vida, pelo carinho e preocupação constante.

Ao meu namorado, pelo amor manifestado nesta etapa através da atenção, dedicação, compreensão e paciência. Por demonstrar que acredita nas minhas capacidades e me incentivar a acreditar também.

À minha madrinha, por se ter mostrado disponível para me ajudar.

A todas as pessoas com que me cruzei durante o meu percurso académico, com quem partilhei experiências valiosas, que jamais esquecerei. Mas, em especial às minhas amigas Ana, Bárbara e Rita, por todos os momentos que guardo no coração, por terem sido a minha fonte de força e motivação.

A ti Coimbra, que me transformaste, levo-te comigo para toda a vida.

Índice

Introdução	1
Parte I – Enquadramento teórico	3
Capítulo I – Família	3
1. A família numa perspetiva histórica	5
Capítulo II – Violência Doméstica	8
1. Contextualização histórica da violência doméstica	9
2. Tipologia da violência	11
Capítulo III – Violência interparental: pressupostos teóricos	12
1. Hipótese spillover	12
Capítulo IV – Crianças e adolescentes num meio violento	15
1. Consequências para as crianças e adolescentes testemunhas de violência interparental	15
2. Variáveis mediadoras do impacto da exposição à violência interparental	19
Parte II – Estudo empírico	28
1. Objetivos	28
2. Metodologia	28
3. Amostra	30
4. Procedimentos	31
5. Instrumentos	32
6. Estudo de casos	34
7. Discussão	47
8. Conclusão	49
Referências Bibliográficas	51

Introdução

A violência intrafamiliar consiste num grave problema social, que atinge uma significativa parcela da população, impactando de forma nefasta a saúde das pessoas a ela submetidas, essencialmente às que a ela são expostas antes do completo crescimento e desenvolvimento humano, ou seja, durante os períodos de infância e adolescência.

A prevalência deste fenómeno, para além dos sérios problemas provocados no âmbito da saúde, constitui ainda um grande obstáculo para o desenvolvimento social e económico e uma evidente violação aos direitos humanos (Chaves & Sani, 2014). A sua recorrência tornou-se uma forma de vida legitimada nos rituais familiares, passando de geração em geração, quase inalterando tais comportamentos.

Em Portugal, o investimento científico nesta área ainda é recente, resultando numa escassa expressão numérica nacional, no que concerne à dimensão deste fenómeno (Sani, 2003).

No entanto, através de alguns dados pode constatar-se que, a nível nacional, esta continua a ser uma realidade muito presente. Por exemplo, o Relatório Anual de Segurança Interna, referente ao ano de 2020, indica que foram efetuadas 27.637 participações no âmbito da violência doméstica, das quais 85% se referiam a violência conjugal, tendo sobretudo como vítimas as mulheres. Adicionalmente, os dados do relatório anual de atividades, elaborado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020), no âmbito da violência doméstica, indica terem sido realizadas 13363 sinalizações de crianças e jovens, o que equivale a 32.3% das situações reportadas.

A maioria das pesquisas existentes na área, quer a nível nacional, como internacional, preocupa-se sobretudo em descrever a incidência de exposição de crianças à violência conjugal, bem como os sintomas comportamentais e emocionais associados a essa exposição; e explorar os mecanismos pelos quais as crianças são afetadas por esta problemática (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999; Cummings & Davies, 1994), geralmente recorrendo à abordagem quantitativa, numa lógica de causa-efeito. Assim, neste estudo, como forma de aprofundar o conhecimento menos relatado na literatura, sobre os significados construídos pelas crianças face a uma experiência de exposição à violência interparental, optou-se por adotar uma visão mais compreensiva (Coutinho & Sani, 2008a; Rodrigues, 2006; Sani, 2011a). Por tudo isto, considerou-se pertinente

conceber e desenvolver um trabalho que atendesse a duas questões centrais: (1) contribuir para fortalecer o conhecimento existente sobre o fenômeno da exposição à violência interparental; e (2) dar “voz aos verdadeiros protagonistas das histórias que queremos contar” (Sani, 2003) e que “raramente são ouvidos” (Asante et al. 2014, p. 18), com o intuito de compreender as percepções e os significados construídos na sequência das suas experiências de vitimação (Sani, 2011), através do discurso dos próprios.

Assim sendo, o trabalho encontra-se organizado em duas partes. Sendo a primeira dedicada ao enquadramento conceptual/ teórico da família, do fenômeno da violência interparental, do impacto que o mesmo tem nas crianças e adolescentes que a ele assistem e das variáveis passíveis de mediar esse impacto. E a segunda, dedicada a apresentar os objetivos, a metodologia do estudo, nomeadamente, dos participantes, dos instrumentos usados e dos procedimentos adotados na investigação, a análise dos resultados obtidos, e, por fim, a discussão dos mesmos e a conclusão.

Capítulo I – Família

A conhecida psicóloga canadiana Susan Pinker (2020) assinala a existência de evidências que mostram que a interação social é um requisito biológico, tal como comer, beber ou dormir. Esta posição da autora não surpreende e é, na verdade, muito antiga: por exemplo, Aristóteles defendia que o ser humano é, por natureza, um ser social.

Sendo que a família é o primeiro ambiente social a que o ser humano, em princípio, é exposto, compreendemos mais facilmente a importância que a família tem na vida de cada indivíduo, desde que nasce.

O conceito de família tem sido matéria de numerosos estudos em Psicologia, Sociologia, Antropologia, Economia e outras ciências sociais e humanas, porém tal como notam vários autores, não existe uma forma única e universal de o definir (Gimeno, 2001; Leandro, 2006; Miller, 2016).

Alguns entendem-na como um grupo de elementos que estão ligados e se relacionam de diversas formas entre si e com o exterior (Sampaio & Gameiro, 1985; Minuchin & Fishman, 2003), outros concordam, mas acrescentam que essas ligações têm de ser “baseadas na confiança, suporte mútuo (...) e destino comum” (OMS, *cit. in* Alarcão, 2000).

De acordo com Alarcão e Gaspar (2007), apesar da heterogeneidade conceptual, “a família é geralmente considerada um lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação e, como tal, um enquadramento relacional fundamental para o desenvolvimento do ser humano” (p.90). A esse respeito, Delgado (2007) sugere que na família se desenvolve um clima de afeto, de socialização e de transmissão de valores e ideias essenciais e, que por meio da convivência entre os pais e a criança, esta aprende a comportar-se, adquire conhecimento acerca das regras sociais, o que num sentido lato significa perceber o que lhe é ou não permitido.

Alarcão (2000) vai mais além ao referir ser neste contexto de partilhas íntimas e profundas, vividas positiva ou negativamente, que se desenvolve o sentimento de quem se é e também de pertença àquela família em concreto e não a qualquer outra. Ainda

assim, não deixa de concordar que a família “constitui uma importante base da vida social” (p. 37).

Miranda (2002) acrescenta que a família é o espaço mais significativo de afirmação do indivíduo como pessoa e ainda onde este desenvolve e consolida a sua personalidade. Gimeno (2001) parece concordar, ao afirmar que este contexto e o funcionamento do mesmo propicia a cada indivíduo, ainda em criança, a construção da sua identidade, autoestima “(...) locus de controlo, traços estáveis da personalidade e a própria filosofia da vida” (p. 49).

Segundo Fitzpatrick e Caughlin (2002), as definições de família que têm surgido podem ser agrupadas em três categorias distintas. As definições estruturais, que concetualizam a família como um grupo de indivíduos com ligações biológicas ou sócio-legais, estabelecidas através da genética, casamento ou adoção. As funcionais, que a definem como um grupo com a função de satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos membros que lhe pertencem. E as transacionais, que a entendem como um grupo de indivíduos íntimos, que partilham laços emocionais, de lealdade e de compromisso.

De acordo com Miller (2016), muitos autores acreditam que a família é construída socialmente e que, por essa razão, deve ser compreendida de acordo com períodos históricos e contextos culturais específicos. Deste modo, assume-se que não existem definições erradas, nem se torna correto dizer que uma definição é mais apropriada do que outra, o que se verifica é a necessidade de anexar a cada definição a respetiva contextualização a nível histórico-cultural.

Nesse sentido, Fitzpatrick e Caughlin (2002) referiram que as definições baseadas numa abordagem estrutural se tornam menos adequadas à época atual, devido a mudanças sociais que foram ocorrendo, tais como altas taxas de divórcio, novas formas de fertilidade que desafiam a partilha da herança genética e novo papel das mulheres na sociedade que, em certo ponto, vêm desafiar a conjuntura de família que se conhecia até então.

Tendo em conta os contextos familiares contemporâneos, também a definição funcional não parece ser muito útil, de acordo com Fitzpatrick e Caughlin (2002). Uma vez que, ao ver família como um grupo cujo objetivo é satisfazer as necessidades dos

descendentes, quando não os há, deixa de fazer sentido usar esta definição, como no caso de casais sem filhos, quer por impossibilidade, quer por escolha.

Já a definição transacional, do ponto de vista dos referidos autores, ainda que mais complexa, tem vantagem sobre as demais, por conseguir abranger mais formas de vida familiar moderna, uma vez que permite que as famílias se definam, ao invés de basear a definição das mesmas em critérios sócio-legais e/ou genéticos.

Ribeiro e Martins (2006) cruzam-se exatamente com o ponto supramencionado, ao referirem que, nas sociedades contemporâneas, as famílias estão “esvaziadas das suas antigas prescrições obrigatórias em benefício da realização pessoal e dos direitos do sujeito livre” (p. 44).

Para se falar de família é obrigatório considerar o contexto em que a mesma se insere. Reis et al., (2018) consideram-na como um microsistema, que se insere em sistemas de maior amplitude, no qual influencia e sofre influências. Os mesmos autores referem ainda que a família acompanha as mudanças da sociedade no que respeita às esferas social, económica e cultural referentes à sua época e que essas contribuirão para a construção da identidade da mesma.

1. A família numa perspetiva histórica

A família, a sua estrutura e funcionamento nem sempre foram aquilo que se conhece atualmente. As alterações, ao longo do tempo, têm sido diversas (Poussin & Martin-Lebrun, 1999; Sousa, 2012). Em parte, devido à passagem da família tradicional para a família moderna, durante o período industrial, promovendo consecutivas alterações dos papéis de género no âmbito familiar e profissional (Marques, 2009).

De acordo com Dias (2004), na sociedade tradicional o romantismo e os laços de intimidade, que atualmente se associam ao casamento, raramente existiam, isto porque competia ao chefe de família a escolha do marido ou esposa para os seus filhos. Utilizava-se este procedimento para que houvesse forma de prolongar o nome de família, bem como o seu património. Tratavam-se de casamentos de conveniência social e familiar e, portanto, de um negócio que deveria ser rentável para ambas as famílias, quase como se tratasse de uma transação comercial, em que nenhuma das partes deveria ter lucro ou prejuízo sobre a outra. Nesse sentido, para casar era necessário que se possuísse algum património, quer fosse em dinheiro ou em propriedades, animais, ou

outros, pois só assim se podia ter e dar a garantia do sustento da família (Giddens, 2000). Flandrin (1995, p. 199) sublinha até que “era criminoso, em relação aos filhos que iriam nascer, casar sem ter o capital necessário para fazer viver uma família.”. À época, isto era tão natural que era visto como uma experiência que fazia parte do percurso de qualquer homem ou mulher (Dias, 2004).

Uma vez que não se tratava de contribuir para uma relação conjugal, que ao nível relacional fosse estável e equilibrada, mas sim de um interesse de sobrevivência familiar, os sentimentos de amizade, amor ou empatia não eram considerados relevantes (Giddens, 2000). O mesmo autor acrescenta ainda que as relações conjugais baseadas em sentimentos afetivos íntimos eram consideradas um possível entrave à propagação de dogmas religiosos, bastante atendidos e respeitados, tais como o dever de procriar, do poder masculino e, portanto, de uma estabilidade social da família tradicional. Entenda-se que, naquela época, não era atribuída consideração igual ao homem e à mulher, tratava-se de uma sociedade que não considerava mulheres, crianças e deficientes como pessoas merecedoras de direitos (Marques, 2009).

Como vimos anteriormente, a mulher era propriedade do pai até que este a entregasse ao seu marido, impondo determinados procedimentos familiares. As crianças, após o nascimento, eram criadas e cuidadas por outros que não os seus pais ou familiares próximos, até uma determinada idade (Flandrin, 1995; Marques, 2009), para que a mulher pudesse retomar as suas obrigações familiares e conjugais e para que pudesse existir um afastamento e negação dos filhos na fase de dependência afetiva do filho à sua mãe, uma vez que não era tido como importante que ocorresse o desenvolvimento de relações de afetividade nem a referência maternal ou paternal (Flandrin, 1995).

No final do século XVI, começou a dar-se conta de uma lenta transformação desta forma de estar civilizacional. No entanto, só no final do século XVIII é que essa transição, de facto, se efetiva, refletindo-se no descrédito da realização familiar em detrimento da individual. Os sentimentos passaram a ser valorizados, alterando-se assim progressivamente as condutas sociais e, quase conseqüentemente, o casamento passou de um negócio de conveniência social e familiar a uma relação conjugal gratificante (Fishman, 1999; Dias, 2004), um ato que dependia da escolha individual, ainda que esta fosse influenciada por regras sociais, entre as quais a proximidade entre os estratos sociais dos parceiros, porém que se revestia de sentimentos comuns entre os elementos

que formam o casal.

Paralelamente, a educação dos filhos também passou a ser vista com outros olhos, sendo que a família centrou as suas atenções nas crianças, procurando que se estabelecessem relações afetivas entre pais e filhos (Marques, 2009).

Deste modo, a família moderna passa a preocupar-se com o seu equilíbrio, baseando-se em sentimentos que os elementos que a compõem nutrem uns pelos outros, compensando ali as frustrações da vida em sociedade. Ou seja, com esta transformação a família passa a ser o centro do próprio indivíduo, das suas realizações individuais e equilíbrio afetivo (Marques, 2009).

A violência doméstica, que até então era vista como uma ferramenta legítima, utilizada pelo homem para colocar ordem na família, deixa de fazer qualquer sentido na família moderna, uma vez que, através desta mudança de paradigma, a intimidade afetiva e os sentimentos passam a ser considerados e valorizados (Dias, 2004).

Rizzini et al. (2000) referem a existência de um conjunto de indicadores globais que caracterizam as principais mudanças que ocorreram na família e na infância, designadamente: as famílias tendem a ser menores e os seus tipos de estrutura são diferentes; a mobilidade das famílias aumentou (migrações); as crianças têm menor espaço de autonomia em âmbitos urbanos, devido aos constantes perigos; a diminuição do tempo e coesão familiar; o aumento da pobreza e exclusão social; alimentação insuficiente e desadequada; desemprego; alcoolismo; toxicoddependência; violência na família; incompatibilidade entre o horário de trabalho dos pais e os horários escolares; mais agressividade e castigos corporais, assim como a falta de diálogo; autoritarismo, ou excesso de permissividade no que respeita nas relações pai-filho e ruturas familiares. Claro está que estes aspetos marcam diretamente a vida das famílias, mas sobretudo a vida das crianças e jovens.

Por norma, assume-se que a família é o porto de abrigo, o lugar onde se encontra amor, carinho, compreensão e segurança, porém em muitas situações é justamente aqui que se desenrolam situações de violência física e psicológica, que acabam por conduzir a repercussões graves, não só nos que são violentados diretamente, mas em todos os elementos que constituem a família. Tendo em conta o tema deste trabalho, essa é a realidade que se abordará a seguir.

Capítulo II – Violência Doméstica

Etimologicamente, “violência” é uma palavra que deriva do latim *violentia*, cujo significado é força, vigor e bravura (Camargo, 1998; Houaiss & Villar, 2003; Rodrigues, 2012). Segundo Rodrigues (2012), tal força converte-se em violência quando ultrapassa um determinado limite ou interfere com acordos taticamente estabelecidos e/ou regras orientadoras das relações sociais.

A violência doméstica é entendida, atualmente, como a conversão de uma diferença/assimetria numa relação hierárquica de desigualdade (Araújo, 2002), cujos fins passam pela dominação, exploração e opressão (Araújo, 2002; Antunes, 2002; Gosselin, 2007; Manita, 2005; Manita et al., 2009; Matos, 2002). Vários autores definem-na como um comportamento violento e coercivo (Ashcraft, 2000; Fantuzzo & Mohr, 1999; Gosselin, 2007; Lourenço & Lisboa, 1992; Manita, 2005; Matos, 2006; Waiselfisz, 2002; Ribeiro & Sani, 2008), exercido intencionalmente (Alberto, 2004; Boulding et al., 1981; Costa & Duarte, 2000; Dias, 2016; Khan, 1978; Oliveira & Manita, 2003; Organização Mundial da Saúde, 2002; Straus et al., 1980; Sugarman & Hotaling, 1991), direta ou indiretamente (Manita, 2005; Sacramento & Rezende, 2006; UMAR, 2008), sobre sujeitos com os quais coabita (UMAR, 2008) ou que, mesmo não coabitando, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó ou outro familiar (Manita, 2005; Magalhães, 2010), com o objetivo de causar danos a vários níveis, entre os quais físico, psicológico, emocional, sexual e/ou financeiro (Fantuzzo & Mohr, 1999; Manita, 2005; Michaud, 1982); e ainda, de prejudicar a integridade, os direitos, as necessidades (Dias, 2016; Oliveira & Manita, 2003) e a liberdade (Khan, 1978) do/s mesmo/s.

Assim, verifica-se que a intenção é o ponto-chave em diversas definições (Alberto, 2004; Boulding et al., 1981; Costa & Duarte, 2000; Dias, 2016; Khan, 1978; Oliveira & Manita, 2003; Organização Mundial da Saúde, 2002; Straus et al., 1980; Sugarman & Hotaling, 1991), demonstrando, desse modo, a obrigatoriedade da existência de um propósito consciente de causar dano a outro.

Uma das definições mais simples, concebida pelo criminologista holandês Pieter Spierenburg, restringe a violência exatamente a esse ponto: à invasão intencional da integridade de uma determinada pessoa. Perante tal definição, os acidentes, ainda que muito violentos, não podem ser considerados (Spierenburg, 2008). Juridicamente, a

intencionalidade do autor da agressão é a questão determinante para a definição do conceito de violência (Alberto, 2004).

Taveres (2012) apresenta uma ideia distinta das restantes apresentadas anteriormente, ao referir que a violência surge na sequência de uma falha nos meios de negociação e é o meio que um dos membros da família utiliza para conseguir impor os seus interesses acima dos interesses dos demais.

Assim sendo, perante todas as concepções existentes, atualmente, considera-se que a violência doméstica é um problema que interfere com a qualidade de vida, paz social e saúde pública (Antunes, 2002; Fantuzzo & Mohr, 1999; Zanoti-Jeronymo et al., 2009). Howard et al. (2010) sublinham ainda o alcance mundial que este fenómeno atinge, não escolhendo idades, géneros, etnias, níveis intelectuais ou grupos socioeconómicos.

Porém, esse panorama nem sempre foi percecionado da forma supramencionada, sendo esse o motivo pelo qual Dwyer e Damousi (2020) enfatizam que a raiz da compreensão da violência está no entendimento das crenças e atitudes culturais. Crenças essas que os autores referem ser passíveis de se alterar vastas vezes ao longo do tempo, sendo que muitas das vezes, de forma bastante drástica. Perante tal, assume-se a impossibilidade de ter uma concepção única da violência, existindo, portanto, várias que sejam adequadas à sociedade e ao momento temporal a que se referem.

1. Contextualização histórica da violência doméstica

De acordo com Canha (2003), a violência foi, durante séculos, uma realidade legitimada e aceite por parte da sociedade com uma certa tolerância. Na Roma Antiga, por exemplo, os homens eram incentivados a castigar fisicamente as suas mulheres sempre que estas não cumprissem com as suas obrigações, situação que continuou a verificar-se até à Idade Média (Cassel & Bernstein, 2007).

Ainda que já não tão tolerada pela sociedade como nos dois períodos anteriormente referidos, até meados do século XX, a violência conjugal contra as mulheres continuou a fazer parte da realidade de muitas famílias, porém nesta altura encarada como um problema de família, do domínio privado (Burman & Duffy-Feins, 2007).

Os papéis de género, nesta época, eram definidos pela sociedade patriarcal,

pertencendo ao homem o dever da inserção laboral, como forma de cumprir a sua obrigação de sustentar o lar, por sua vez a mulher era incumbida de cuidar da casa e da família. Deste modo, ao homem era, socialmente, atribuído um papel de autoridade e à mulher o dever de se subjugar ao marido, cenário este que frequentemente oferecia condições para que surgissem situações de violência (Cassel & Bernstein, 2007; Dantas-Berger & Giffin, 2005).

Nas décadas de 60 e 70, com a intensificação dos movimentos feministas, a violência conjugal passou a ser vista como uma questão social, perspectiva que perdura até aos dias atuais (Burman & Duffy-Feins, 2007; Buzawa, 2007; Dantas-Berger & Giffin, 2005; Doerner & Lab, 2008; Nicolaidis & Paranjape, 2009).

Em específico em Portugal, a grande contribuição para a mudança de perspetiva relativa a este tema foi a definição da violência doméstica como crime público, em 2007, através da Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro, passando desde aí a imputar a responsabilidade da denúncia a qualquer cidadão.

O cenário de violência não se alterou apenas nas situações conjugais, mas também na violência e no mau-trato das crianças. Desde a antiguidade até aos anos 50, a sociedade recusava-se a considerar a presença e a gravidade desse tipo de violência. Já na década de 60, foi reconhecida a existência de mau-trato físico, por ser mais facilmente identificável.

Em 1962, Kempe descreveu, pela primeira vez, a Síndrome da Criança Batida (*The Battered-Child Syndrome*), para informar e consciencializar acerca do elevado número de crianças que chegavam ao hospital pediátrico com lesões não acidentais, provocadas pelos pais. Ainda assim, só dez anos mais tarde, se passou a considerar a existência de mau-trato psicológico, surgindo estudos no sentido de intervir nesta área em específico (Figueiredo, 1998).

Contudo, ainda que lentamente, destaca-se uma evolução histórica na atitude da sociedade face à criança, passando de uma imagem da criança enquanto propriedade do adulto para uma perspetiva que acaba por enaltecer as características específicas desta fase de desenvolvimento (Alberto, 2004).

2. Tipologia da violência

Lemos (2008) menciona que, no seio familiar, a violência pode ocorrer entre qualquer um dos membros, nomeadamente entre cônjuges, pais e filhos (em ambos os sentidos), entre outros. Desse modo, estando essas pessoas ligadas por laços íntimos e de grande proximidade e, visto que o agressor conhece bem a vítima, admite-se que o lar possa ser, efetivamente, considerado um lugar perigoso.

A violência conjugal relaciona-se com todo o tipo de agressão: física, verbal, psicológica e/ou sexual, exercida contra o cônjuge e/ou companheiro/a, cujo objetivo passa por obter poder e controlo sobre o mesmo. Porém, a dinâmica perversa e cíclica desse tipo de violência não se resume somente a quem é dirigida, mas envolve, simultaneamente, os filhos e/ou enteados, que acabam por ser vítimas invisíveis (Osofsky, 1995), silenciosas, esquecidas, não intencionais e escondidas da violência doméstica (Holden, 1998; Sani, 2003; Elbow, 1982; Groves et al., 1993; Rosenbaum & O'Leary, 1981). E esse constitui um dos motivos pelo qual se torna, estatisticamente, difícil atribuir significado à problemática.

De acordo com Peled e Davis (1995), qualquer tipo de violência que envolva crianças, seja de que forma for, pode aterrorizá-las, levando-as a acreditar num mundo hostil, forçando-as a coabitar em ambientes perigosos e expondo-as a modelos de interação e relacionamento negativos, que incentivam a autodestruição, rigidez e comportamentos violentos e antissociais.

Holden (2003) mostra que encontrar um termo para referenciar a violência entre casais também é algo que gera controvérsia, assim foram surgindo os conceitos de “violência doméstica”, “violência entre parceiros”, “violência entre parceiros íntimos”, “violência conjugal” e “violência interpessoal”.

Neste trabalho, optou-se por utilizar um termo também bastante usado na literatura, sobretudo quando se trata de abordar o impacto da violência nas crianças: a “violência interparental”. A preferência pela utilização deste termo deve-se a vários fatores, nomeadamente o facto do mesmo englobar a violência perpetrada entre o casal, que coabita; refletir a violência bidirecional; e, sobretudo, sublinhar a relação pais-criança, mesmo que estes possam não ser os seus progenitores (Cunningham & Baker, 2004; Costa & Sani, 2007; Sani, 2003, 2006b).

Capítulo III – Violência interparental: pressupostos teóricos

Na violência interparental, de acordo com Milani e Loureiro (2008), as vítimas são crianças e jovens que presenciam, são expostas ou testemunham os conflitos entre os seus pais e/ou cuidadores. Baker e Cunningham (2005) dão como exemplo ouvir os gritos e ver/observar os ferimentos causados na vítima. Estas são vítimas indiretas, com características específicas, mais vulneráveis e indefesas em comparação com os adultos e, conseqüentemente, mais suscetíveis de virem a ser vítimas diretas dos conflitos interparentais (Baker & Cunningham, 2005; Milani & Loureiro, 2008). Ainda assim, apesar da vitimização ser indireta, as conseqüências ao nível do seu ajustamento global que dela advêm não deixam de ser graves (Baker & Cunningham, 2005).

Muitos autores, frequentemente, recorrem ao termo “testemunhas” para denominar estas crianças, transmitindo a ideia de que assumem um papel passivo em toda a situação (Cunningham & Baker, 2004). Porém, essa “passividade” facilmente pode ser colocada em causa, quando se analisa o papel que estas crianças e jovens realmente desempenham, levando a perceber que são muitas vezes forçadas a interpretar, prever e avaliar em que medida são causadores da violência, a preocuparem-se com as conseqüências da mesma e a agirem de forma a que se possam proteger física e emocionalmente (Cunningham & Baker, 2004). Facto é que, por vezes, à medida que vão crescendo, procuram assumir um papel ainda mais ativo, ao tentarem prevenir e/ou intervir nas situações de violência (Cunningham & Baker, 2004), muitas vezes para tentar defender e proteger o progenitor que é vítima.

1. Hipótese *spillover*

A literatura tem vindo, desde a década de 1980, a debruçar-se sobre a dinâmica recíproca entre os diversos subsistemas familiares, mais concretamente entre a conjugalidade e a parentalidade. Neste âmbito, as primeiras pesquisas concluíram que bons níveis de funcionamento conjugal estão relacionados com o desenvolvimento saudável dos filhos. Desde então, muitos têm sido os estudos desenvolvidos no domínio da referida temática (Goldberg & Easterbrooks, 1984).

Segundo Erel e Burman (1995), uma das hipóteses explicativas da dinâmica desse processo é o efeito *spillover*, que se traduz, de acordo com os referidos autores, na existência de um transbordamento do clima emocional da relação conjugal para a forma

como os membros dessa relação exercem a parentalidade e vice-versa. Perante essa perspectiva, a qualidade da relação conjugal tem impacto no subsistema parental e, conseqüentemente, no ajustamento da criança (Belsky, 1984), sendo que um relacionamento conturbado entre o casal tende a trazer conseqüências negativas para os filhos (Mosmann et al., 2011). Em contrapartida, um relacionamento conjugal marcado por estratégias positivas na resolução dos conflitos pode influenciar positivamente o desenvolvimento dos filhos (McCoy et al., 2009), uma vez que esses relacionamentos tendem a ser marcados por consideráveis níveis de responsividade, adaptabilidade e coesão parental (Mosmann, 2007).

Os autores interessados na compreensão deste efeito têm realizado estudos a partir de diferentes perspectivas, na tentativa de perceber o referido processo de reverberação anteriormente referido, visto que nem todas as crianças expostas a experiências negativas, tal como o conflito conjugal, desenvolvem problemas de ajustamento. Nesse sentido, Grych et al. (2004) apontam duas variáveis que exercem um papel importante nessa dinâmica: as diferenças individuais – a capacidade de resiliência e/ou características da personalidade dos filhos; e o funcionamento da família – práticas parentais e/ou a existência de alianças entre a criança e os pais. Outros autores (Carlson et al., 2011; Feinberg et al., 2010; Benetti, 2006) acrescentam ainda que a interação entre as características individuais dos pais (a personalidade, satisfação com o casamento e com a parentalidade) e do conflito conjugal (motivos, intensidade, conteúdo e resolução) também constituem variáveis importantes para a compreensão do processo de transbordamento entre os subsistemas conjugal e parental.

De acordo com Erel e Burman (1995), a literatura tem concordado que casais com baixos níveis de satisfação conjugal, cujos conflitos vivenciados na relação são frequentes e intensos, veem a sua relação com os filhos afetada negativamente. Os referidos autores sublinham que estas conclusões permitem demonstrar a permeabilidade entre o sistema conjugal e a parentalidade. A literatura da área evidencia dois modelos teóricos importantes no que respeita à fundamentação de grande parte das pesquisas sobre o efeito spillover.

O modelo cognitivo-contextual, proposto por Grych e Fincham em 1990, constitui um importante contributo no que respeita à compreensão dos mecanismos subjacentes à relação entre conflito parental e ajustamento da criança (Rodrigues, 2008).

Este modelo aponta que a interpretação das crianças acerca do conflito interparental e o contexto em que vivem têm um papel importante nos efeitos que o conflito terá sobre elas (Grych & Fincham, 1990).

De acordo Grych e Fincham (1990), as dimensões mais importantes do conflito são a frequência da ocorrência das interações conflituosas entre o casal, a intensidade das mesmas, o conteúdo que impulsionou o conflito e a forma como as situações de conflito são resolvidas.

Por sua vez, o modelo da segurança emocional, proposto por Davies e Cummings em 1994, sugere que o sentimento de proteção e a segurança emocional vivenciados na família são os pontos centrais na forma como os filhos lidam com o conflito conjugal e, conseqüentemente, no seu ajustamento psicológico (Davies & Cummings, 1994).

Rodrigues (2008, p. 113) nota que, tal como no modelo cognitivo-contextual, Davies e Cummings (1994) defendem que “o conflito parental representa um fator de stress, face ao qual a criança se esforça por compreender o significado do conflito para si própria e para a sua família, assim como por avaliar a sua capacidade para lidar com o mesmo”.

Capítulo IV – Crianças e adolescentes num meio violento

1. Consequências para as crianças e adolescentes testemunhas de violência interparental

Socialmente, espera-se que todas as crianças possam crescer numa família. Portanto, é natural que todas esperem receber amor, atenção, suporte, cuidados e interesse por parte das suas famílias, nomeadamente dos seus pais ou cuidadores (Martins, 2009). A mesma autora refere que, quando tal não se verifica, a expectativa torna-se num dilema misturado com dor e angústia, situação que se verifica nas crianças que são vítimas de violência doméstica, seja ela direta ou indireta. Ao verem as suas expectativas a ser destruídas por um cenário violento, naquele que devia ser um lugar seguro para crescer, estas crianças acabam por conceptualizar o mundo como inseguro, imprevisível e assustador (Machado & Gonçalves, 2002; Socolar, 2000).

A investigação realizada neste domínio tem demonstrado, consistentemente, que as crianças/adolescentes confrontadas com a exposição direta e/ou indireta à violência intrafamiliar podem ter o seu desenvolvimento amplamente comprometido em vários domínios do seu funcionamento (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999; Cummings & Davies, 2011; Dehon & Weems, 2010; Faircloth & Cummings, 2008; Huth-Bocks & Hughes, 2008; Pereira et al., 2009; Sani, 2011).

Os estudos desenvolvidos neste âmbito, ao longo das últimas décadas, têm sido coerentes ao reportar o vasto leque de consequências adversas que as crianças/adolescentes expostas à violência interparental poderão evidenciar no seu desenvolvimento quer a curto, médio e/ou longo prazo (Bourassa, 2007; Coutinho & Sani 2008; Cummings & Davies, 2011; Cunningham & Baker 2004, 2007; Cummings et al., 2009; Davies et al., 2006; DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Emery, 1982; Grych & Fincham, 2001; Horn & Lieberman, 2011; Jouriles et al., 2001a, 2001b; Kitzmann et al., 2003; Machado & Gonçalves, 2002; Margolin, 1998; Rossman, 2001; Sani, 2002, 2003, 2007, 2011; Shen, 2009; Sternberg et al., 2006; Wolfe et al., 2003). Nesse sentido, vários autores esclarecem que as potenciais consequências do impacto da exposição à violência interparental nas crianças e adolescentes se podem dividir em efeitos diretos e indiretos.

– Efeitos Diretos¹ –

Vários estudos demonstram que a exposição à violência interparental pode afetar negativamente o desenvolvimento e funcionamento cognitivo da criança (Adams, 2006; Ballard et al., 1993; Carlson, 2000; Cummings, 1987; El-Sheikh et al., 1989; Emery, 1989; Gottaman & Katz, 1989; Grych & Fincham, 1993; Huth-Bocks et al., 2001; Jaffe et al., 1990; Jouriles et al., 2008; Koenen et al., 2003; Kolbo et al., 1996; Magalhães, 2002; Margolin & Gordis, 2000; O'Brien et al., 1991; Pereira et al., 2009; Rossman, 2000; Sani et al., 2011; Zeanah et al., 2001), consequentemente podendo originar déficit intelectual e linguístico (Magalhães, 2002), problemas de atenção, concentração e memória (Jouriles et al., 2008; Sani, 2011a; Widom, 2000) que se traduzem em dificuldades de aprendizagem, conduzindo muitas das vezes ao insucesso (Magalhães, 2002; Widom, 2000) ou até ao absentismo escolar (Kernic et al., 2002; Kitzmann et al., 2003; Sternberg et al., 2006; Ybarra et al., 2007).

No que concerne ao domínio emocional, vários autores (Saarni et al., 1998; Cummings, Goeke-Morey et al., 2003) afirmam que as emoções têm um papel de destaque na conceção dos significados e do impacto nos processos interpessoais. Dessa forma, as reações emocionais das crianças/adolescentes perante os conflitos interparentais revelam indicadores importantes relativos ao seu funcionamento (Cummings & Davies, 2002; Emery, 1989; Grych & Fincham, 1990; Jenkins, 2000; Thompson & Calkins, 1996). Frequentemente, estas são crianças/adolescentes mais vulneráveis à manifestação de profundos sentimentos de perda, tristeza, raiva, vergonha, medo, culpa (Baker & Cunningham, 2005; Cummings et al., 2007; Cunningham & Baker, 2007; Graham-Bermann et al., 2009; Margolin, 1998; Shelton & Harold, 2007), angústia, ideação suicida (Magalhães, 2002), baixos níveis de auto-estima (Graziano & Mills, 1992; Magalhães, 2002; Widom, 2000) e desenvolvimento de auto-imagens negativas (Widom, 2000).

Do ponto de vista psicológico, são frequentes sintomas de depressão, ansiedade (Graziano & Mills, 1992; Hernandez & Grãs, 2005; Katz & Woodin, 2002; Scholte & Ploeg, 2000), problemas de humor (Scholte & Ploeg, 2000) e trauma (Edleson et al., 2003; Fantuzzo et al., 1991; Kashani & Allan, 1998; Kilpatrick & Williams, 1998; McCloskey et al., 1995; Rossman, 2000; Rossman & Ho, 2000). A exposição à violência interparental

¹ Consulte-se o Anexo 1.

pode ainda afetar a capacidade de reação ao stress (Margolin & Gordis, 2000), podendo levar a que estas crianças chorem frequentemente, se mostrem mais frias, com expressões faciais de tristeza e movimentos corporais tensos (Sani, 2002). No que à vertente psicofisiológica diz respeito, a investigação demonstra que podem surgir problemas de enurese e distúrbios de sono, tais como dificuldade em dormir e/ou pesadelos (Alberto, 2004; Fantuzzo et al., 1991) e ainda problemas de alimentação (Alberto, 2004).

Relativamente ao desenvolvimento/funcionamento comportamental, este tende a ser comprometido pela exposição à violência interparental, no que respeita à capacidade de ajustamento social, sendo que essas crianças/adolescentes habitualmente sentem dificuldade no reconhecimento das emoções e na perceção e aceitação das normas sociais e morais, o que se traduz, naturalmente, num obstáculo para o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, levando assim a que procurem o isolamento (Magalhães, 2002). A literatura também refere que essas crianças/adolescentes são por norma mais desobedientes, hostis e agressivas e que, frequentemente, apresentam mais comportamentos disruptivos e antissociais (Carlson, 2000; Onyskiw, 2003).

– Efeitos Indiretos –

De acordo com a literatura, as consequências da exposição à violência interparental, para além dos efeitos diretos que advêm, propriamente dos atos de violência, englobam também efeitos indiretos, como consequências da violência, tais como atos de omissão/negligência na satisfação das necessidades biológicas e psicológicas da criança (Cummings & Davies, 1994; Rodrigues, 2006; Sani, 2008).

Vários autores (Holden, 1998; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Lapierre, 2008; Letourneau et al., 2001; Letourneau et al., 2007) referem que a qualidade dos vínculos que os pais e, em especial as mães, têm com os seus filhos tende a ser considerada um dos mais importantes preditores de um futuro desenvolvimento saudável das crianças/adolescentes.

Contudo, a literatura evidencia que mães que vivem num ambiente familiar hostil e violento revelam níveis mais elevados de depressão, vulnerabilidade ao *stress*, baixa autoestima, ansiedade, irritabilidade, medo e sentimentos de impotência e culpa, quando comparadas com mães que não experienciam essa situação (Casanueva et al., 2008; Holt et al., 2008; Letourneau et al., 2007; Levendosky & Graham-Bermann, 2001), podendo assim

ver as suas capacidades parentais prejudicadas (Bromfield et al., 2010; Gewirtz et al., 2011; Levendosky et al., 2003). Com toda a sintomatologia negativa que assombra essas mães, é natural que se tornem emocionalmente mais distantes, menos disponíveis e menos sensíveis às necessidades das suas crianças (Holt et al., 2008). Dessa forma, as necessidades das crianças, muitas vezes, acabam por ser negligenciadas e/ou esquecidas e, conseqüentemente, comprometidas, fazendo com que as próprias crianças e o seu desenvolvimento fique em risco.

Aos pais incumbe o dever de fornecer uma base segura ou um porto de abrigo às suas crianças. Porém, nestas situações, mesmo quando conseguem detetar as necessidades dos filhos, nem sempre têm condições psicológicas e emocionais para as satisfazerem (Buchanan, 2008; Cunningham & Baker, 2007). Também devido a esse esgotamento emocional, derivado da violência a que estão sujeitos, a literatura (Casuanueva et al., 2008; Edleson et al., 2003; Holden et al., 1998; Sani, 2008b) tem comprovado que alguns pais acabam por colocar em prática estratégias disciplinares coercivas, tais como ameaças, punição física e privação de privilégios e afetos; essas estratégias muitas vezes são utilizadas como estratégias parentais para lidar com os filhos, ou então como forma de evitar ações violentas mais intensas por parte do companheiro. Conseqüentemente, tem sido demonstrado que esse tipo de estratégias educativas produzem efeitos adversos nas diversas áreas do desenvolvimento psicossocial da criança (Alvarenga & Piccinini, 2001), e, para além disso, podem inclusive aumentar o risco tanto de serem perpetradores como vítimas de violência em relacionamentos futuros (Cecconello et al., 2003).

Por outro lado, através de uma análise da literatura, percebe-se a existência de falta de consenso entre os autores em torno desta questão (Hungerford et al., 2012), uma vez que algumas investigações empíricas sugerem que, ainda que as mães de crianças expostas à violência interparental demonstrem um aumento dos níveis de *stress*, isso não significa necessariamente que esse *stress* se traduza sempre numa diminuição das suas capacidades parentais (Edleson et al., 2003; Lieberman et al., 2005). No entanto, nem tudo se vê assim tão preto no branco. Ao analisar a literatura, também se percebe que existe dificuldade de consenso nesta questão (Hungerford et al., 2012), visto que, efetivamente, em alguns casos, ainda que os pais de crianças expostas à violência interparental demonstrem um aumento dos níveis de *stress*, demonstram também fazer esforços consideráveis para proteger os seus filhos (Bromfield et al., 2010), podendo inclusive ser mais sensíveis e responsivas as suas necessidades do que outros pais, uma vez que sentem

necessidade de compensar as suas crianças tendo em conta as situações difíceis pelas quais já passaram (Letourneau et al., 2007; Levendosky et al., 2003).

2. Variáveis mediadoras do impacto da exposição à violência interparental

Conforme foi possível constatar através de todas as referências à literatura citadas, o leque de efeitos passíveis de afetar o percurso desenvolvimental das crianças/adolescentes expostas à violência interparental é vasto e diversificado. No entanto, a literatura mostra que nem todas as crianças/adolescentes são afetadas da mesma forma. E, ressalta ainda que estas podem até evidenciar poucos ou nenhuns problemas de ajustamento. Nesse sentido, Cunningham e Baker (2007) referem que cada criança é única e, portanto, as respostas à convivência diária com violência podem variar, significativamente, de criança para criança. Inclusive, crianças da mesma família, expostas exatamente às mesmas situações/ambientes, podem ser afetadas de forma distinta.

Por esse motivo, vários autores (Cahn 2006; Gewirtz & Edleson, 2007; Howell, 2011; Sani, 2003, 2006b) ressaltam que, ao analisar o impacto da exposição à violência interparental no ajustamento das crianças/adolescentes, é importante considerar a existência de diversas variáveis mediadoras. Sendo que, através das mesmas, poder-se-á compreender melhor a forma como a exposição ao conflito influencia o funcionamento e o desenvolvimento das crianças/adolescentes. Ainda a esse respeito, Coutinho e Sani (2008b, p.190) sublinham que as variáveis mediadoras dessa relação não devem ser percebidas através de uma perspectiva de causalidade, mas sim como reveladoras de “processos complexos que interferem, ora amenizando ora agravando, o ajustamento psicológico das crianças”.

Estas variáveis mediadoras² podem dividir-se em duas grandes categorias, distinguindo as que se relacionam com características individuais, das relacionadas com fatores situacionais-contextuais³ (Davies & Cummings, 1994; Grych, 1998; Sani, 2006a; Hughes & Luke, 1998).

² Veja-se o Anexo 2.

³ Optou-se por esta caracterização entre as várias existentes por ser a mais referenciada pela bibliografia consultada. Porém, Margolin (1998), por exemplo, distinguia seis tipos de variáveis mediadoras distintas: (1) efeitos desenvolvimentais, (2) efeitos de género, (3) efeitos de relato (4) efeitos de etnia, (5) efeitos do stress, psicopatologia e alcoolismo parentais e (6) efeitos da severidade e cronicidade do abuso.

– Características individuais –

A investigação da área tem vindo a interessar-se pelas variáveis individuais, devido às evidências encontradas por alguns estudos (e.g., Cummings et al., 2007; David & Murphy, 2004) que confirmam que características como a idade/período de desenvolvimento, o género, os atributos próprios (temperamento, personalidade, auto-estima, capacidades cognitivas), as estratégias de coping e as perceções e interpretações da criança desempenham um papel mediador na relação entre a exposição à violência interparental e o impacto no ajustamento da criança.

No que respeita a este grupo de características, as diferenças entre as crianças podem ser consideradas como fatores de proteção ou vulnerabilidade, ou seja, passíveis de agravar ou atenuar o impacto da exposição à violência interparental no ajustamento das mesmas (Coutinho & Sani, 2008; Rossman et al., 2000; Sani, 2007a).

Relativamente à variável *idade*, alguns autores referem a inexistência de consenso na literatura em assumir este fator como mediador do impacto da exposição das crianças ao conflito interparental (Margolin, 1998; Sani, 1999). Porém, outros (Cunningham & Baker, 2007; Jaffe et al., 1990) discordam e afirmam que a literatura é consistente ao defender que, independentemente da idade da criança, o seu ajustamento pode ser comprometido e que a sintomatologia associada varia tendo em conta a fase desenvolvimental da criança.

Segundo Cunningham & Baker (2004, 2007), desde muito cedo, nomeadamente do próprio nascimento até ao período de adolescência, as crianças respondem aos conflitos entre os seus pais/cuidadores. Os mesmos autores referem que crianças mais novas, dos 0 aos 2 anos, ainda que incapazes de perceber ou de atribuir significado à situação, acabam por ser afetadas, uma vez que, como afirma Sani (1999), são sensíveis às emoções. Nesta fase, os efeitos do impacto podem traduzir-se em angústia, por ouvirem e/ou verem situações de violência (Cunningham & Baker 2004); na dificuldade de estabelecimento de vínculos estáveis e seguros, devido às respostas inconsistentes dos pais (Cunningham & Baker 2004, 2007); e em problemas relacionados com o sono, alimentação, instabilidade e hiper-vigilância perante situações entendidas como ameaçadoras (Cunningham & Baker 2004, 2007).

Relativamente às crianças em idade pré-escolar, dos 3 aos 5 anos, os efeitos da exposição podem ser manifestados através de problemas a nível emocional e

comportamento (Holden, 1998); sentimentos de responsabilização pelo sucedido, devido à natureza egocêntrica característica desta fase de desenvolvimento (Cunningham & Baker, 2007); e regressão em competências adquiridas e/ou dificuldades ultrapassadas, tais como o controlo dos esfíncteres, a ansiedade de separação e a verbalização (Cunningham & Baker, 2007; Osofsky, 1995).

Por sua vez, as crianças em idade escolar⁴ tendem a evidenciar um menor interesse na exploração do mundo, bem como dificuldades de atenção e de concentração devido aos seus pensamentos intrusivos; a desenvolver perturbações de sono; e a recorrer a comportamentos agressivos na interação com os outros (Cunningham & Baker, 2004, 2007). Nesta fase de desenvolvimento, as crianças, por terem mais maturação a nível cognitivo, são mais capazes de compreender o significado e forma intencional com que a violência é exercida, por esse motivo tornam-se mais inquietas relativamente à postura, de evitamento ou envolvimento, que devem assumir face aos episódios de violência entre os pais/cuidadores (Cummings et al., 2003; Davies et al., 1999).

A fase da adolescência, de acordo com Cunningham e Baker (2007), revela-se ambivalente, uma vez que embora tenha associada uma maior maturidade relativamente a idades inferiores, é também uma fase delicada devido às transformações que nela ocorrem. Nesse sentido, enquanto que uns sentem a responsabilidade de moverem esforços para garantirem um ambiente familiar calmo e estável (Jaffe et al., 1990; Cunningham & Baker, 2004), outros acabam por se envolver em comportamentos delinquentes, ficar deprimidos e, muitos deles, recorrer até a comportamentos auto-destrutivos (Sani, 2002a). Nesta fase podem ainda manifestar dificuldade no desenvolvimento de relações saudáveis, procurar evitar a intimidade e/ou envolverem-se relações prematuras (Cunningham & Baker, 2004).

Perante o exposto, percebe-se que, de facto, o desenvolvimento da criança influencia a interpretação que esta faz do conflito interparental. Desse modo, sendo que é através dessa interpretação que a criança lida com a situação, obviamente que as consequências diferem nas diferentes fases do desenvolvimento.

Em relação à variável *género*, não parece existir consenso quanto ao seu papel mediador na relação entre a exposição à violência interparental e o ajustamento da criança. Dado que, enquanto por um lado existem várias investigações que não evidenciam

⁴ Cunningham & Baker (2004) referem-se a crianças dos 6 aos 11 anos nesta fase de desenvolvimento.

diferenças significativas entre o género (Buehler et al., 1997; Holden, 1998; McDonald & Grych, 2006; Shelton et al., 2006), por outro existem alguns autores (Cummings & Davies, 1994; Kerig, 1998; Margolin, 1998) a afirmar o oposto.

Essa contraposição é assumida por vários autores (Cummings et al., 1994; Davies & Lindsay, 2004; Figueiredo, 1998; Holt et al., 2008; Kerig, 1998), ao sugerirem que crianças do sexo masculino têm mais propensão para problemas externalizantes, tais como a agressividade, a hostilidade, a impulsividade, bem como para adotarem comportamentos delinquentes, devido à forma como percebem a ameaça e como avaliam a eficácia das estratégias de coping. E que as crianças do sexo feminino, por sua vez, tendem a apresentar mais problemas de internalização, nomeadamente, ansiedade, depressão e queixas somáticas, relacionados com sentimentos de autorresponsabilização ou culpa. Ainda assim, também essa distinção de sintomas não é assim tão consistente, uma vez que outros estudos demonstram uma relação oposta, na qual as raparigas pontuam mais nos problemas de externalização, comparativamente com os rapazes (e.g., David & Murphy, 2004; Davies & Windle, 1997).

A falta de consenso também se verifica, no que respeita à predisposição, para intervir na violência interparental, visto que por um lado existem autores a referir que essa característica é mais própria dos rapazes (Jaffe et al., 1990) e, em contrapartida, outros defendem ser mais associada a raparigas (Davies et al., 2002).

Relativamente a todas as inconsistências apontadas nesta variável, Cummings (1998) indica que este facto poderá ser explicado pela interdependência, com outras variáveis, tais como o nível de desenvolvimento/ idade de cada criança e as características do conflito interparental.

Alguns *atributos da própria criança*, designadamente o temperamento, a personalidade, as capacidades cognitivas e a autoestima, surgem frequentemente referenciados na literatura como outra variável mediadora (Davies & Cummings, 1994; Sani, 2006, 2007). Neste âmbito, o temperamento assume um maior destaque, sendo que os outros atributos referidos acabam por não ser bem claros (Sani, 2003).

Em relação ao temperamento, Davies e Cummings (1994) referem que as crianças com um temperamento mais difícil tendem a revelar-se menos sensíveis a acontecimentos positivos e mais reativas a situações negativas. O mesmo autor acrescenta ainda que, num

cenário mais extremo, o temperamento difícil da criança pode até agravar o conflito entre os pais/cuidadores e, conseqüentemente, aumentar a insegurança emocional, bem como outros problemas.

Outra das variáveis apontadas na literatura como mediadora são as *estratégias de coping*⁵ (Cummings et al., 1994; DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Shelton et al., 2006), relacionadas com as percepções, interações e comportamentos que determinam ou influenciam a forma como as crianças compreendem a violência interpaparental e, por outro, lidam com a exposição à violência interpaparental (Goldblatt, 2003). Neste sentido, Antoniazzi et al. (1998) acrescentam que as estratégias de coping variam de pessoa para pessoa, devido à subjetividade associada à avaliação, que cada indivíduo faz, das exigências da experiência.

Folkman e Lazarus (1980) distinguem dois tipos de estratégias de *coping*: (a) estratégias focadas no problema, mais orientadas para a resolução do mesmo, como por exemplo, intervir diretamente na situação; (b) estratégias focadas na emoção, direcionadas no sentido da diminuição do *stress*, nomeadamente, o evitamento e o distanciamento do local onde ocorre o conflito. A esse propósito, Folkman (1984) refere que na presença de uma situação de *stress* incontrolável, como é o conflito interpaparental na perspectiva das crianças, as estratégias focadas na emoção, comparativamente com as focadas no problema, conduzem a um melhor ajustamento psicológico.

Porém, parece não existir consenso na literatura relativamente ao tipo de estratégias de coping mais utilizadas pelas crianças quando expostas à violência interpaparental. Uma vez que, por um lado, Lisboa et al. (2002) afirmam que as estratégias focadas na emoção são mais utilizadas, devido às crianças terem menos recursos para lidar com o conflito, quando comparadas com adultos; porém, por outro lado, Coutinho (2008) refere que são estratégias focadas no problema as mais utilizadas, sendo esse o motivo pelo qual estas crianças apresentam maior risco para desenvolver problemas de ajustamento.

Cummings e Davis (1994) apresentam uma caracterização distinta dos estilos de mecanismos de *coping* face ao testemunho de violência conjugal nestas crianças, distinguindo-os entre: (a) estilo preocupado, no qual as crianças aparentam um bom ajustamento, exibindo sintomas ligeiros de tristeza e o desejo de ajudar, porém não

⁵ Lazarus & Folkman (1984), definem *coping* como o conjunto de esforços a nível cognitivo e comportamental utilizados pelos indivíduos a fim de gerir e lidar com exigências, internas ou externas específicas, resultado de situações de *stress* e que são percebidas como sobrecarregando ou extravazando os recursos pessoais dos mesmos.

interferindo no conflito; (b) estilo zangado/ambivalente, quando as exibem elevados sintomas de mágoa, diversos problemas de externalização, dificuldade em manter o controle das suas emoções, o que as leva a manifestar respostas inadequadas; e (c) estilo não responsivo, sempre não demonstram comportamentos de *stress* e internalizam as respostas, mostrando que, aparentemente, a situação não lhes causa grande angústia. Nesse sentido, os mesmos autores levantaram a hipótese de que o estilo preocupado resulta de relações familiares afetuosas e de apoio e, por sua vez, criam bases para trajetórias de desenvolvimento ajustadas. E, por outro lado, os estilos ambivalente e não responsivo advêm da constante exposição à adversidade familiar e que, por esse motivo, tendem a aumentar a vulnerabilidade das crianças a formas específicas de psicopatologia.

Por fim, também as *percepções e interpretações da criança* têm sido mencionadas como variáveis mediadoras (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Fortin et al., 2011; Hungerford et al., 2012; Sani, 2011a). A esse respeito, alguns autores (Fortin et al., 2011; Grych & Fincham, 1990) referem que as crianças estão mais propensas a experimentarem sintomas ansiosos e a sentirem-se indefesas quando percebem o conflito como sendo uma ameaça para si ou para o sistema familiar e, também, quando não se sentem capazes de lidar com o conflito. Os mesmos autores referem ainda que, em contrapartida, quando as crianças assumem a culpa pelo conflito, têm mais tendência para evidenciar mais predisposição para sentimentos de culpa, tristeza e vergonha.

Para além disso, Sani (2003) acrescenta ainda que a exposição à violência interparental altera a forma como as crianças veem o mundo e que pode ainda afetar a percepção que têm de si mesmas, bem como dos seus relacionamentos e objetivos.

Desse modo, DeBoard-Lucas & Grych (2011) concluem que as interpretações das crianças podem ser determinantes no que respeita ao seu bem-estar físico e emocional, porém podem também consistir num fator de vulnerabilidade, exacerbando os efeitos negativos do conflito interparental no ajustamento psicossocial da criança.

– Características situacionais/ contextuais –

A segunda categoria de variáveis mediadoras contempla dois tipos de variáveis: as situacionais, diretamente relacionadas com a criança e as contextuais, relacionadas com os pais e com o conflito interparental.

Na categoria das variáveis situacionais, vários autores (Lieberman et al., 2005; Margolin & Gordis, 2004; Sani, 2003, 2006; Sturge-Apple et al., 2010) referem que estas são mais relacionadas com a criança e que englobam fatores como a experiência passada, o suporte social e algumas características dos pais, tais como saúde mental das mães, as práticas parentais e a qualidade da relação entre pais e criança.

A respeito da variável experiência passada, Cummings et al. (1999) apuraram que as crianças expostas anteriormente a conflitos tendem a exibir menos *stress* quando enfrentam novos eventos violentos. Margolin e Gordis (2004), apoiadas nessa perspectiva, indicam a possibilidade de que o ajustamento da criança possa estar associado ao início e à duração da exposição à violência interparental. De facto, Sani (2003) afirma a existência de estudos que demonstram que quanto maior for o período de tempo entre a exposição a situações de conflito, menores são os efeitos na criança.

Um outro fator, potencialmente mediador, advém do impacto do *stress* provocado pelos episódios violentos, no ajustamento psicológico das mães⁶ vitimadas. Dado que, a literatura (Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Lieberman et al., 2005; Sturge-Apple et al., 2010) indica que esse comprometimento na saúde mental materna⁷ pode levar a que haja um menor envolvimento e empatia com os filhos. Por esse motivo, essas mães muitas vezes são descritas como emocionalmente distantes, indisponíveis e menos sensíveis/responsivas às necessidades da criança (Grych & Fincham, 1993; Holt et al., 2008). Vários autores (Bromfield et al., 2010; Gewirtz et al., 2011; Levendosky et al., 2003) acrescentam ainda que esta situação pode estar na origem de práticas parentais inadequadas.

Essas dificuldades ao nível das competências parentais têm também sido evidenciadas na literatura como uma variável mediadora, ao apontar que através delas a experiência de insegurança da criança face ao conflito interparental pode ser intensificada (Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Lieberman et al., 2005; Sturge-Apple et al., 2010). Nessas circunstâncias, a criança tende a ficar mais vulnerável à dificuldade de regulação emocional e, por sua vez, a manifestar problemas comportamentais. Os resultados de um estudo realizado por Jones et al. (2005) comprovaram exatamente essa

⁶ Neste trabalho, utiliza-se o termo "mães", por ser a designação apresentada na bibliografia citada, podendo tal facto ser explicado por pertencer à mulher "o papel central no que toca ao bem-estar dos seus filhos" (Lapier, 2008).

⁷ Consulte-se a seguinte bibliografia: Casanueva et al., 2008; Holt et al., 2008; Letourneau et al., 2007; Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Matos, 2005.

perspetiva, ao constatar que as famílias que manifestam elevados níveis de expressão emocional negativa e baixos níveis de afeto positivo têm tendência a desencadear nas suas crianças sintomas internalizadores e externalizadores.

Outra variável que tem sido apontada, esta não necessariamente da exclusiva responsabilidade dos pais, relaciona-se com a inexistência de uma comunicação positiva (Sani, 1999). A esse propósito, Davies e Cummings (1994) referem que um relacionamento baseado no suporte e atenção com a mãe possibilita a diminuição da perceção de ameaça e perigo por parte da criança (Lieberman et al., 2005; Sturge-Apple et al., 2010).

Por fim, Sani (2003) acrescenta o suporte social como variável mediadora, salientando o papel de grande magnitude que este pode assumir, quer ao nível da prevenção, quer da remediação, face aos efeitos negativos na criança resultantes da exposição à violência interparental, sobretudo o suporte dentro da família.

Em relação às variáveis contextuais, têm sido referenciadas cinco dimensões potencialmente importantes associadas ao conflito passíveis de assumir o papel de mediadoras entre a exposição à violência interparental e o ajustamento da criança, nomeadamente, a frequência, a intensidade, o conteúdo, a resolução de conflito e o tipo de violência.

Quanto à variável frequência, parece existir um grande nível de consistência no seu carácter mediador, visto que as conclusões de vários estudos (David et al., 1996; Grych & Fincham, 1990; Long & Forehand, 1987) indicam que quanto mais frequente for a exposição ao conflito, maior será o leque de repercussões no ajustamento da criança/adolescente, refletidas em sintomas de internalização e externalização.

Em relação à intensidade, Grych & Fincham (1993) referem que os estudos empíricos demonstram que conflitos de elevada intensidade geram nas crianças sentimentos de raiva, tristeza, preocupação, vergonha e desamparo. Grych (1998) corrobora essa ideia ao afirmar que conflitos mais intensos tendem a estar associadas a reações de maior *stress* emocional quando comparados com situações de menor intensidade.

Outra variável, amplamente mencionada na literatura, contempla o conteúdo dos conflitos interparentais (Cummings & Davies, 1994; Fosco & Grych, 2010; Sani, 2006). A

literatura sugere que, na presença de conflitos cujo conteúdo se relaciona com a criança ou com a sua família, esta manifesta mais comportamentos agressivos e experimenta maior desejo de intervir no conflito parental (Papp et al., 2002), devido à autoatribuição de culpa e responsabilidade relativa ao conflito interparental (Cummings & Davies, 1994; Fosco & Grych, 2010) e, por isso, pode reagir com mais agressividade e experimentar um maior desejo de intervir no conflito parental⁸ (Papp et al., 2002).

Em termos da resolução do conflito, pressupõe-se que a percepção por parte da criança de que o conflito ficou solucionado poderá minimizar os efeitos do mesmo no seu ajustamento (Cummings & Davies, 1994). Neste âmbito, diferentes estudos focam-se em diferentes aspetos, enquanto que a maioria das investigações se foca na comparação de efeitos dos conflitos interparentais resolvidos vs não resolvidos (El-Sheikh & Cummings, 1995; El-Sheikh et al., 1996), outros centram-se mais nas estratégias utilizadas para solucionar o conflito (p.e. Cummings, Wilson et al., 2003)⁹ e existe ainda um terceiro grupo de investigadores que se debruça mais sobre o tom emocional dessas resoluções (p.e. Davies et al., 1996)¹⁰.

Por fim, o modo de expressão e/ou o tipo de conflito constitui outro potencial mediador a ter consideração, visto que diferentes tipos de conflitos impactam de forma diferente (Sani, 2002a). Por exemplo, Fantuzzo et al. (1991) referem que o testemunho de violência física tem efeitos mais prejudiciais na criança em comparação com a exposição a conflitos verbais. Logo, as crianças atribuem maior gravidade à agressão física que à agressão verbal ou não verbal (Cummings & Davies, 1994).

⁸ Num estudo realizado por Cummings, Goeke-Morey, e Papp (2004) o conteúdo do conflito foi dividido em duas categorias principais: ameaçador, que englobava tópicos relacionados com a criança ou a família; e não ameaçador, que incluía tópicos relacionados com o trabalho ou atividades sociais. Os autores concluíram que os tópicos ameaçadores estavam associados ao aumento de respostas agressivas das crianças durante o conflito, comparativamente às respostas durante o conflito relacionadas com os tópicos não ameaçadores.

⁹ As conclusões deste estudo, indicaram que o tipo de resolução do conflito interparental estava diretamente relacionado com os sentimentos e as expectativas futuras das crianças, e, portanto, influenciava o seu ajustamento.

¹⁰ Os autores descobriram que quando os conflitos conjugais terminam de um modo hostil, ao invés de harmonioso, as crianças experimentam significativamente mais raiva, medo e tristeza; e sentem mais desejo de intervir no conflito.

1. Objetivos

Perante todo o conteúdo anteriormente apresentado, é possível constatar que a exposição de crianças e adolescentes a episódios de violência, principalmente entre os seus pais e/ou outras figuras afetivas de referência, é suscetível de influenciar negativamente o seu desenvolvimento.

O presente estudo teve como objetivos: (1) analisar qualitativamente o funcionamento a nível psicológico de crianças/adolescentes expostas a violência interparental, através de quatro estudos de casos, com a finalidade de procurar padrões e confrontar os dados obtidos com a literatura existente sobre o tema; (2) perceber quais as variáveis passíveis de ter mediado esse impacto, nos casos estudados.

2. Metodologia

A realização de um projeto de investigação pressupõe, fundamentalmente, a seleção da metodologia que se pretende utilizar. Porém, é importante, previamente, perceber se a mesma tem capacidade e viabilidade para responder às questões de partida (Fortin, 1999, p.135).

Nesta investigação em concreto, tendo em conta as especificidades da amostra¹¹ e por se tratar de um assunto com carácter muito sensível, considerou-se pertinente adotar a metodologia qualitativa, com recurso ao estudo de casos múltiplos.

A metodologia qualitativa é orientada no sentido de aceder e compreender as dimensões da experiência humana e os mundos sociais, bem como os significados que lhes são atribuídos (Fossey et al., 2002). Uma das preocupações das investigações qualitativas consiste em que o processo de compreensão do(s) fenómeno(s) em estudo seja realizado segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica e generalizações estatísticas (Guerra, 2014).

¹¹ Nomeadamente, ser constituída por menores acompanhados pela CPCJ cuja problemática de sinalização fora a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem, nomeadamente a violência interparental.

Em concreto, o estudo de caso, considerado uma ramificação da metodologia qualitativa, contribui de forma “inigualável” para a compreensão de fenómenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (Yin, 1994, p.21). Esta estratégia de pesquisa tem-se revelado, de acordo com o mesmo autor, comum em áreas como a Psicologia, a Sociologia, as Ciências Políticas e a Administração. No entanto, torna-se complexo definir “estudo de caso” e talvez seja esse o motivo pelo qual não existe uma definição unânime do conceito (Heale & Twycross, 2018, p.7; Søylen & Huber, 2006).

Alguns autores (Fortin, 1999; Gerring, 2004) referem que o estudo de caso se baseia numa investigação intensiva acerca de uma unidade singular, que pode ser um indivíduo, uma família, um grupo ou uma organização, com o propósito de compreender uma classe maior de unidades semelhantes. Porém, outros (p.e. Yin, 1994; Yin, 2005) mencionam que os estudos de caso são investigações empíricas sobre fenómenos contemporâneos, que devem ser realizadas no seu contexto de vida real, especialmente quando a linha que separa o fenómeno do contexto é ténue.

Uma das limitações apontadas a este método consiste no facto de não ser possível generalizar as conclusões inerentes a cada estudo. Relativamente a esse ponto, Patton (1990) refere que neste tipo de método o termo generalização deve ser substituído pelo termo extrapolação. Explicando que a extrapolação se apresenta com um significado mais ágil e mais adequado, nomeadamente, no que se refere às possibilidades de transferência de conhecimento de um caso a outro caso subsequente e que as conclusões de um estudo poderão ser extrapoladas ou transferíveis para outros casos, alertando que, para que tal seja feito, torna-se necessário ter em consideração as similaridades das condições particulares e contextuais de cada situação. Também Yin (2005) exprime a sua ideia acerca da generalização nos estudos de caso, ao referir que estes são generalizáveis a proposições teóricas, ao invés das experiências que se traduzem em generalizações estatísticas. Segundo o mesmo autor, o objetivo dos estudos de caso é a generalização analítica, que permite expandir e generalizar teorias.

Na literatura, vários autores apresentam características específicas que os estudos de caso devem possuir para serem considerados exequíveis, generalizáveis e confiáveis, designadamente, a formulação de questões iniciais que orientem a procura sistemática de dados para extrair conclusões e a formulação de proposições que auxiliem na determinação do que se deve analisar (Yin, 1994, 2005); a multiplicidade dos casos em estudos, sendo

que permite contestar e contrastar as respostas obtidas de forma parcial com cada caso que se analisa, levando à possibilidade de generalização se as conclusões forem idênticas a partir dos dois casos (Rodríguez et al. 1999; Yin, 2005); a recolha de dados de múltiplas fontes e através de diversas formas de recolha de informação (Dooley, 2002; Yin, 2005), permitindo a triangulação (Yin, 2005) dos dados, a fim de aumentar a fiabilidade da informação (Flick, 2004; Stake, 1994, 1999; Yin, 1994).

3. Amostra

Conforme afirma Fonte (2005), “a seleção dos participantes, num estudo qualitativo, pretende-se intencionalizada, sendo os participantes selecionados em função da informação que nos podem fornecer sobre o fenómeno em estudo” (p. 292). Deste modo, neste tipo de metodologia a amostra não é composta em função da representatividade da população, mas antes devido ao seu carácter de exemplo, relativo à experiência ou ao conhecimento a que o estudo pretende aceder (Morse, 1994).

Nesse sentido, tendo em consideração os objetivos deste estudo, a seleção dos participantes foi realizada tendo por base dois critérios de inclusão: (1) que os participantes fossem acompanhados no âmbito de processos de promoção e proteção (PPP) na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cinfães, devido à problemática de sinalização: exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem (ECPCBEDC), (2) com a condição de nunca terem sido alvos diretos da violência. Para selecionar os elementos que constituíram a amostra, consultaram-se os técnicos da instituição, que indicaram quais os indivíduos passíveis de serem incluídos, tendo em consideração as condições referidas anteriormente. Perante o cumprimento desses critérios e alguns fatores adicionais, sugeridos pelas técnicas da CPCJ como sendo importantes, tais como a possibilidade de deslocação da criança ao local e/ou as características de alguns pais de crianças, chegou-se a uma amostra constituída por três crianças e uma adolescente, com idades compreendidas entre os oito e os quinze anos, todas do sexo feminino.

Quadro 1 – Características da amostra

Participante	Idade	Género	Escolaridade	Duração da Exposição à violência interpaparental	Ofensor
Sofia	8	F	2ºano	7 anos	pai
Inês	15	F	9ºano	10 anos	pai
Daniela	8	F	2ºano	4 anos 1 episódio único	pai padrasto
Joana	9	F	3ºano	4 anos	pai

4. Procedimentos

Tal como sugerido por Stake (1995), nesta investigação procurou-se interferir o menos possível com o normal funcionamento da vida dos participantes. Um dos princípios apontados na literatura acerca das questões éticas em investigação relaciona-se com o facto desta não poder provocar maior dano (APA, 2017; Apport, 1995). Assim, por esse motivo, decidiu-se que, embora apontada como um dos mais importantes instrumentos de recolha de dados em estudos de caso (Fontana & Frey, 1994; Yin, 2005), não se iria recorrer à entrevista. Uma vez que em situações de violência intrafamiliar, por serem tão delicadas e complexas, se deve evitar submeter as vítimas a vários momentos de entrevista, por essas terem, em cada situação de questionamento, de relembrar a história e reviver mentalmente todo o episódio de violência, podendo isso reativar emoções negativas e fragilizar ainda mais a vítima.

Nesse sentido, a contextualização da história de vida dos sujeitos realizou-se através da consulta dos processos de promoção e proteção (PPP), por meio dos quais se conseguiu explorar e compreender a forma como o processo chegou à instituição, o contexto social e familiar dos intervenientes, os relatos prestados no contexto de atendimento na CPCJ, aos órgãos de polícia criminal (OPC) e, se for o caso, às entidades de primeira linha.

Assim, num primeiro momento, analisaram-se os PPP que decorriam a favor das crianças e jovens seleccionados e conversou-se informalmente com as técnicas gestoras de cada um deles, a fim de conhecer melhor cada processo. Num segundo momento, contataram-se os pais dos participantes, de forma a informar sobre a investigação, explicar em que consistia a mesma, questionar sobre a disponibilidade para autorizar o menor a

participar e, em caso afirmativo, solicitar a assinatura do consentimento informado.

Após obter os consentimentos dos pais, marcaram-se horários, que fossem convenientes a cada uma das crianças e à adolescente, para comparecer no edifício da CPCJ de Cinfães, a fim de, tal como combinado com os pais, proceder à aplicação dos instrumentos.

5. Instrumentos

Relativamente ao material, recorreu-se aos seguintes instrumentos de avaliação:

– Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris para Crianças (PHCSCS) –

[Piers & Harris, 1964; Piers, 1984; Piers & Herzberg, 2002; Veiga, 1989]

É uma escala que pretende aceder às perceções que as crianças e adolescentes têm acerca de si próprios, dos seus comportamentos e atributos, através de 80 itens de autorresposta dicotómica (sim/não), aplicável a sujeitos dos 8 aos 18 anos. Este instrumento tem mostrado possuir boas características psicométricas, nomeadamente validade de construto, validade corrente e consistência interna, tendo os coeficientes de consistência oscilando entre .86 e .89, na adaptação para a população portuguesa.

Alguns dos 80 itens encontram-se divididos em 6 subescalas: *aspeto comportamental, ansiedade, estatuto intelectual e escolar, popularidade, aparência e atributos físicos, satisfação-felicidade* e os restantes são indiferenciados, pertencendo à categoria *outros itens*.

– Questionário de Personalidade de Eysenck – Júnior (EPQ- Júnior) –

[Eysenck, 1965; Fonseca, 1989]

É uma escala de personalidade que, por meio de 80 itens de resposta dicotómica (sim/não), avalia quatro dimensões: *psicoticismo, neuroticismo, extroversão e desejabilidade social/mentira*, destina-se ao autopreenchimento por indivíduos da faixa etária compreendida entre os 7 e os 15 anos. Possui qualidades psicométricas aceitáveis, sendo de referir que os coeficientes de fiabilidade para as quatro dimensões, medidos pelo alfa de Cronbach, se situam entre .70 e .83 para os rapazes e .60 e .85 para as raparigas.

– Inventário de Depressão para Crianças (CDI) –

[Kovacs, 1992; Marujo, 1994; Dias & Gonçalves, 1999]

É um inventário de autorresposta, apropriado para crianças e adolescentes dos 7 aos 17 anos de idade. Constituído por 27 itens, correspondendo a cada item três alternativas de resposta, cujo objetivo é avaliar a presença de sintomas depressivos que tenham surgido nas duas semanas anteriores.

Na versão portuguesa (Marujo, 1994), e num estudo posterior de Dias e Gonçalves (1999), foi possível constatar que este instrumento possui qualidades psicométricas satisfatórias, sendo que o valor do coeficiente alfa de Cronbach para a amostra total é de .80¹².

Os 27 itens encontram-se divididos em 5 dimensões: *humor negativo*, *problemas interpessoais*, *ineficácia*, *anedonia* e *auto-estima negativa*. No entanto, pode ser utilizado como uma medida unidimensional cujo resultado total varia entre 27 e 81, permitindo a discriminação clínica entre jovens deprimidos e não deprimidos (Kovacs, 1992).

– Inventário de Ansiedade Estado-Traço para Crianças (STAIC-c2) –

[Spielberger, Edwards, Lushene, Montuori & Platzek, 1973; Dias & Gonçalves, 1999]

É uma escala que avalia a ansiedade, através de 40 itens de auto resposta, que pode variar entre “quase nunca”, “algumas vezes” e “quase sempre”.

Divide-se em duas dimensões, a ansiedade-estado (c-1) – percebida como uma condição temporária e de intensidade variável, e ansiedade-traço (c-2) – que avalia a propensão relativamente estável para desenvolver ansiedade. Neste estudo, optou-se pela administração apenas do STAIC c-2, por constituir uma medida mais estável dos níveis de ansiedade das crianças.

O instrumento evidencia, no estudo português de Dias e Gonçalves (1999), cuja amostra foi composta por 185 sujeitos dos 8 aos 17 anos, qualidades psicométricas satisfatórias, verificando-se um coeficiente alfa de Cronbach de .76 para a amostra total.

¹² No estudo de Dias & Gonçalves (1999), com uma amostra de 191 sujeitos dos 8 aos 17 anos.

– Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais – versão para mais jovens (EPCCI-C) –

[Grych, 2000; Sani & Almeida, 2008]

É um instrumento de avaliação psicológica, cuja origem teórica se fundamenta no modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990). Ao considerar diversas variáveis mediadoras – *propriedades do conflito, ameaça culpa, relação pais-filhos* – esta escala auxilia na avaliação do impacto da exposição à violência interparental. Tendo sido traduzida e adaptada por Sani e Almeida (2008), a versão portuguesa constitui itens com qualidades psicométricas satisfatórias, apontando para um valor de alfa Cronbach de .79 (Sani & Almeida, 2006). Os 27 itens que a compõem podem ser divididos em 4 subescalas, correspondentes às variáveis mediadoras supramencionadas.

6. Estudo de casos

A fim de salvaguardar o anonimato dos participantes, todos os nomes apresentados nesta secção são fictícios.

A. Sofia e Inês

A Sofia e a Inês têm, respetivamente, 8 e 15 anos, frequentam o 2º e o 9º ano, à data da colaboração neste estudo e residem com a mãe, D. Sónia. Neste agregado familiar, identificam-se algumas carências socioeconómicas, possibilitando o usufruto de habitação social. A subsistência do mesmo é assegurada por meio de subsídios que advêm de um curso frequentado pela mãe, através do Centro de Emprego; dos benefícios do RSI atribuídos à mesma; dos abonos das menores e da pensão de alimentos paga pelo pai, Sr. Nuno.

Os progenitores estiveram casados durante 15 anos e, nesse período de tempo, residiam com as duas filhas menores e com a mãe do Sr. Nuno. Porém, em maio de 2021, o casamento chegou ao fim, momento em que se separaram e em que mãe e filhas saíram da morada de família. Indo, inicialmente, viver para uma casa arrendada na sede do concelho, sendo-lhes, à posterior, cedida a habitação social, onde residem atualmente. O motivo da separação deveu-se, segundo a D. Sónia, à saturação por parte da mesma, face a episódios de violência verbal, psicológica e privação económica, consequentes do estado embriagado do marido e da interferência da sogra nos assuntos conjugais.

No decorrer do processo de divórcio, em julho do mesmo ano, decorreu a regulação do exercício das responsabilidades parentais, na qual ficou estipulado que ambas as menores ficariam a residir com a mãe. Ao pai, cabiam fins de semana alternados, devendo o mesmo deslocar-se à residência que ambas partilhavam com a mãe, para as buscar e deixar; e ainda quinze dias de férias por ano. Relativamente à pensão de alimentos, também esta foi discutida e ficou estipulada nesta sessão no tribunal.

A sinalização à CPCJ de Cinfães foi realizada nesse mesmo mês (julho de 2021), pela GNR. Na qual foi comunicado que as filhas menores do casal teriam assistido a alguns episódios de violência doméstica, nomeadamente discussões e insultos; alertado para o facto da filha mais velha, Inês, no início do mês de maio, no decorrer de um dia normal de aulas, se ter dirigido à casa de banho da escola onde efetuou vários cortes no pulso com um objeto cortante, numa tentativa de suicídio e, informado ainda de que no seguimento desta situação, a mesma se encontrava a ser acompanhada pelo serviço de psicologia da escola que frequentava.

Para além desse serviço, a Inês era também acompanhada por pedopsiquiatria, encontrando-se medicada com antidepressivos e ansiolíticos.

No decorrer normal do processo da CPCJ, o pai das menores, numa entrevista, afirmou manter a residência inicialmente partilhada com a família e cumprir o pagamento da pensão de alimentos. No mesmo atendimento, referiu que as visitas que haviam ficado estipuladas em tribunal se encontravam em incumprimento, devido à recusa por parte das menores. E acrescentou ainda que não existe qualquer tipo de comunicação entre ele e a mãe das suas filhas.

Relativamente a essa recusa, a CPCJ conseguiu averiguar junto das menores, que o motivo se prendia com a incompatibilidade das mesmas com o pai e com a avó paterna que residia na mesma habitação que este.

No momento da 1ª entrevista com a Inês, a gestora do processo percebeu que para além de comportamentos auto-lesivos, a adolescente demonstrava sentimentos de *tristeza, ansiedade, pânico, baixa auto-estima e dificuldades em lidar com a sua imagem*, nomeadamente com o peso, sintomas estes que já haviam sido motivo de episódios de internamento, devido a *ataques de pânico* ocorridos na escola. A técnica verificou, ainda, a existência de um elevado *absentismo escolar*, o qual a Inês atribuía à *ansiedade* sentida em

ambiente escolar.

Quanto à situação escolar, ambas as menores transitaram sempre, a Sofia com bons resultados e a Inês com resultados satisfatórios. Porém, no primeiro período do ano letivo, que decorria aquando da avaliação (2021/22), a Inês teve 2 negativas, que talvez possam ser justificadas pela falta de comparência às aulas.

Um dos fatores referenciados pela técnica gestora destes processos, como sendo protetor, foi o facto desta mãe possuir capacidade para proporcionar às filhas o acompanhamento e os cuidados necessários, demonstrando ter noção das necessidades das filhas e procurando agilizar meios para as satisfazer, reforçando o facto de ambas as menores referirem gostar de estar em casa com a mãe e com a irmã. Em contrapartida, foram também mencionados pela mesma fonte, alguns fatores de risco, tais como a existência de poucas relações familiares e sociais, o que se traduz em pouco suporte; a falta de comunicação entre os pais; e as dificuldades na comunicação intrafamiliar, nomeadamente entre a Inês e o pai.

A CPCJ achou conveniente adotar algumas medidas a nível de apoio psicológico, assim, à Inês, por se perceber que esta demonstrava alguma resistência ao apoio psicológico na escola, foi providenciada consulta de psicologia com periodicidade semanal, através de uma resposta de apoio psicológico (RAP)¹³. Também a Sofia foi referenciada para consulta de psicologia, porém no centro de saúde, como forma de minimizar e/ou prevenir comportamentos de risco. Adicionalmente, o Gabinete de Apoio à Vítima do município também se disponibilizou a referenciar a D. Sónia para a consulta de psicologia do centro de saúde, porém a mesma não aceitou, ficando, ainda assim, com a possibilidade de recorrer ao serviço caso viesse a verificar necessidade.

(a) Observação do Comportamento

No momento do preenchimento dos instrumentos, a Sofia evidenciou uma postura muito calma e tranquila, demonstrou ter muita energia e ser extrovertida. Apresentou-se com aspeto cuidado e a sua idade aparente parecia corresponder à idade cronológica. Evidenciou algumas dificuldades no âmbito da compreensão verbal, sendo necessário explicar alguns termos que constavam nos instrumentos, através de sinónimos e linguagem mais simples e, algum cansaço no decorrer do preenchimento dos questionários.

¹³ Consiste numa resposta de apoio psicológico, desenvolvida através de uma parceria entre a CIM do Tâmega e Sousa e a CPCJ, para crianças e jovens da região, oriundas de agregados familiares onde há violência doméstica.

Por sua vez, a Inês mostrou-se tranquila e bastante motivada a colaborar na investigação. Ao longo do preenchimento dos questionários, demonstrou foco e introspeção, não evidenciando cansaço. Apresentou-se com aspeto cuidado e a sua idade aparente parecia corresponder à sua idade cronológica.

(b) Resultados

– *Sofia* –

Na análise dos instrumentos preenchidos pela Sofia, são de salientar respostas positivas aos itens da subescala neuroticismo do EPQ-J, como por exemplo “Aborreces-te com facilidade?”; “Às vezes pensas em coisas que não te deixam dormir?” ou “Há muitas coisas que te aborrecem?” (Ver Anexo 3). Pode-se afirmar que tais itens evidenciam que esta percebe o mundo exterior como hostil e uma fonte de problemas, no sentido referido por Fonseca (1989).

Adicionalmente, as respostas ao STAIC e ao PHCSCS também se mostram relevantes, uma vez que sugerem sintomatologia ansiógena. No STAIC c-2, verificam-se respostas de “algumas vezes” ou “quase sempre” a 18 de 20 itens (Ver Anexo 3), dados que sugerem níveis elevados de ansiedade. O mesmo é corroborado pelo PHCSCS, em que respondeu “sim” a itens como “Estou triste muitas vezes”; “Fico preocupado(a) quando temos teste na escola” ou “Preocupo-me muito”, na dimensão ansiedade (Ver Anexo 3).

Tendo em consideração a análise do CDI, esta parece manifestar sintomatologia depressiva, nomeadamente auto-estima negativa, anedonia, humor negativo e sentimento de ineficácia (Kovacs, 2011), tendo por base as respostas afirmativas aos itens “Não tenho a certeza se as coisas me vão correr bem”, “Não gosto de mim” ou “Penso em matar-me, mas não o faço” (Ver Anexo 3).

As suas respostas ao PHCSCS sugerem também que a Sofia tem um autoconceito negativo, principalmente no que respeita ao seu comportamento, à perceção das suas capacidades intelectuais/escolares e ao nível da ansiedade, sendo que respondeu “sim” a itens como “Quando qualquer coisa corre mal, a culpa é geralmente minha”; “Muitas vezes sou antipático(a) com as outras pessoas”; “Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisas” ou “Sou nervosa”; e “não” a outros, designadamente “Sou obediente em casa” ou “Gostava de ser diferente daquilo que sou” (Ver Anexo 3).

Os resultados da EPCCI-C comprovam a exposição à violência interpaparental a que a Sofia esteve sujeita, através das respostas afirmativas a itens como “Eu ouvi os meus pais terem um desentendimento”; “Quando os meus pais têm desentendimentos eles gritam um com o outro” ou “Os meus pais ficam muito zangados quando têm um desentendimento” (Ver Anexo 3). Adicionalmente, as suas respostas a essa escala evidenciam que atribui a si própria alguma culpa pela ocorrência do conflito, inerente aos itens “Geralmente a culpa é minha quando os meus pais discutem” e “Os meus pais dizem que a culpa é minha quando eles não se dão bem”, aos quais respondeu afirmativamente. Ainda, através dos mesmos resultados, depreende-se que o conflito interpaparental suscita preocupação e medo à Sofia.

Ainda assim, nem todas respostas à EPCCI demonstram aspetos negativos, sendo de realçar que na subescala relação pais-filhos a Sofia respondeu “sim” a todos os itens (Ver Anexo 3), evidenciando, dessa forma, ter uma perceção positiva da relação com os seus pais.

– *Inês* –

Os resultados sugerem que a introversão é uma das características da personalidade da Inês. Nomeadamente, as respostas negativas a itens como “Gostas de muita animação à tua volta?”; “Consegues organizar e animar uma festa?” ou “Gostas de andar misturado com outras crianças?” (Ver Anexo 4), pertencentes à dimensão extroversão do EPQ-J, confirmam a presença desse traço da sua personalidade. Bem como as respostas afirmativas a itens do PHSCS da subescala popularidade, designadamente “Sou uma pessoa tímida”; “Sou impopular”; entre outros (Ver Anexo 4).

A Inês demonstra, através das suas respostas aos instrumentos, níveis elevados de instabilidade emocional, sendo de salientar respostas afirmativas a 22 dos 26 itens que compõem a dimensão neuroticismo do EPQ-J, como por exemplo “Mudas facilmente de humor?” ou “Preocupas-te com coisas horríveis que poderiam acontecer?” (Ver anexo 4).

Através das respostas ao EPQ-J, pode ainda notar-se a presença de alguns traços associados ao psicoticismo, por exemplo através de itens como “Achas que és mais desordeiro(a) e embirrento(a) do que os outros?” ou “Achas que há alguém que se quer vingar de ti porque pensa que tu lhe fizeste mal?” (Ver anexo 4).

Associado ao seu historial clínico¹⁴, também nas respostas aos instrumentos se

¹⁴ Diagnóstico de ansiedade generalizada.

verificaram níveis muito elevados de ansiedade, através do STAIC c-2, no qual deu 7 respostas “algumas vezes” e 13 “quase sempre” aos 20 itens que compõem a escala. E ainda no PHCSCS, no qual todas as respostas dadas aos itens da subescala ansiedade evidenciam sintomatologia ansiosa, entre os quais se encontram itens como ““Estou triste muitas vezes”; “Fico nervoso(a) quando o professor me faz perguntas?” ou “Fico preocupado(a) quando temos testes na escola” (Ver Anexo 4).

Perante a análise dos instrumentos, parece ainda relevante salientar que a Inês demonstra sintomatologia depressiva, patente em itens de todas as subescalas do CDI. Especificamente, na dimensão auto-estima negativa, assinalou itens como “Nada me vai correr bem”; “Odeio-me” ou “Eu sou feio(a)” (Ver Anexo 4). Na dimensão anedonia, também optou por itens reveladores dessa sintomatologia, nomeadamente “Nada me diverte”; “Sinto-me cansada muitas vezes” ou “Sinto-me só muitas vezes” (Ver Anexo 4). O humor negativo/depressivo encontra-se demonstrado em itens como “Estou triste muitas vezes”; “Tenho a certeza que me vão acontecer coisas más” ou “Muitas vezes tenho vontade de chorar” (Ver Anexo 4). E, por fim, as dificuldades nos comportamentos interpessoais estão manifestadas em itens como “Algumas vezes não gosto de estar com pessoas” e “Na maioria das vezes não faço o que me dizem”.

Para além disso, a Inês possui um autoconceito negativo, evidenciado em itens de todas as dimensões do PHCSCS. No entanto, esse encontra-se demonstrado com maior ênfase nas subescalas intelectual/escolar, aparência física/atributos, popularidade e felicidade/satisfação. Nas quais dá respostas negativas a itens como “Quando for maior, vou ser uma pessoa importante”; “Faço bem os meus trabalhos escolares”; “Tenho uma boa aparência”; “Gosto de ser como sou” ou “Sou uma boa pessoa” (Ver Anexo 4).

Parece ainda relevante reportar as respostas ao EPCCI-C, uma vez que essas sugerem que a Inês sente preocupação e medo devido ao conflito, demonstrados através da subescala ameaça, onde respondeu afirmativamente a todos os itens, exceto “Quando os meus pais discutem preocupo-me que eles possam divorciar-se”, porém esta resposta era expectável, uma vez que os pais já estão divorciados.

Para além disso, os resultados dessa escala mostram que a Inês tem uma perceção muito negativa da sua relação com o pai, sendo que respondeu negativamente a todos os itens da subescala relação pais-filhos relacionados com o pai, como por exemplo “O meu pai mostra que me ama”; “O meu pai faz coisas boas por mim” ou “Eu gosto de passar

tempo com o meu pai” (Ver Anexo 4). No entanto, no que concerne à relação com a mãe percebe-se que é muito positiva, nomeadamente, em itens como “A minha mãe está interessada nas coisas que eu faço”; “A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar” ou “Eu gosto de passar tempo com a minha mãe”, aos quais respondeu afirmativamente.

B. Daniela

A Daniela, à data da colaboração nesta investigação, tem 8 anos e frequenta o 2º ano. Reside com a sua mãe, D. Maria e com duas irmãs, de 5 e 2 anos. O RSI e os abonos de família são os únicos recursos económicos deste agregado, uma vez que a mãe se encontra desempregada.

Antes do nascimento da Daniela, a D. Maria teve um relacionamento do qual nasceram dois filhos. Essa relação terminou ao fim de dez anos, sendo que os menores, na altura com 7 e 9 anos, ficaram à guarda da mãe.

Entretanto, a D. Maria iniciou uma nova relação, fruto da qual nasceu Daniela. Assim, nesta altura coabitavam a Daniela, os seus progenitores e os seus dois irmãos.

O ambiente familiar era instável, desorganizado e com violência perpetrada pelo pai contra a mãe da Daniela. A D. Maria salienta que este clima familiar em muito se devia aos problemas psíquicos do pai da Daniela, refletindo-se em práticas parentais negligentes e pouco adequadas e que, por esse motivo, os irmãos auxiliavam nos cuidados necessários à Daniela. Inevitavelmente, neste período criaram-se vínculos fortes entre eles.

Porém, os dois filhos da D. Maria e o seu novo companheiro (pai da Daniela) tinham uma relação de incompatibilidade. E, uma vez que existia um clima de tensão que fora sinalizado, os menores acabaram por ir viver com o pai para França. Deixando, desde então, de ter qualquer contacto com a Daniela.

Dessa relação entre os progenitores da Daniela, nasceram mais duas meninas, já anteriormente referidas.

O pai biológico da Daniela faleceu há cerca de dois anos, vítima de um incêndio. Porém, nessa altura a relação conjugal já havia terminado, devido a situações de violência doméstica.

No ano de 2021, a D. Maria iniciou uma relação de namoro com um novo companheiro, sem coabitação. Esta afirmou ter sido vítima de violência física por parte deste companheiro, em setembro de 2021, na residência onde coabita com as 3 filhas menores, tendo estas assistido ao episódio.

Este foi, na verdade, o motivo da sinalização. Em desespero, a mãe solicitou ajuda junto do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do concelho vizinho. E os técnicos deste serviço, deparando-se com uma situação de violência presenciada por menores, seguiram os procedimentos e sinalizaram a situação à CPCJ de Cinfães, por ser a área de residência das menores.

A Daniela usufrui de acompanhamento psicológico numa clínica privada, segundo a mãe, devido a dificuldades de aprendizagem. Ainda assim, a D. Maria solicitou à CPCJ referência para o serviço de Psicologia do centro de saúde, por não estar satisfeita com os resultados obtidos.

No âmbito do primeiro acompanhamento na CPCJ, a mãe foi aconselhada a evitar contacto com o companheiro, a manter um ambiente harmonioso em casa, a resguardar as crianças da exposição a qualquer tipo de episódio de violência e ainda a procurar ajuda no GAV de Cinfães.

No mesmo âmbito, verificou-se que a Daniela possuía sinais de desenvolvimento aparentemente normais para a sua faixa etária; cuidados de higiene e roupas adequadas; e que não tinha sinais aparentes de maus tratos.

A técnica gestora do processo refere que a Daniela é uma criança *introvertida, revelando timidez no diálogo*, olhando constantemente para a mãe quando questionada sobre algum assunto e apresentando, geralmente, uma *postura rígida e expressões tristes*.

(a) Observação do Comportamento

A Daniela demonstrou uma postura colaborante face à avaliação, embora em alguns momentos se tenha mostrado um pouco ansiosa, retraída e tímida, nomeadamente ao demonstrar alguma dificuldade em manter contacto visual. Apresentou-se com aspeto cuidado e a sua idade aparente parecia corresponder à idade cronológica. Evidenciou algum cansaço, no decorrer do preenchimento dos questionários e algumas dificuldades no âmbito da compreensão verbal, sendo necessário explicar alguns termos que constavam

nos instrumentos, através de sinónimos e linguagem mais simples.

(b) Resultados

A análise do plano de promoção e proteção permitiu perceber que Daniela esteve, durante todo o seu processo de desenvolvimento, exposta a padrões comportamentais desadequados por parte das suas figuras afetivas de referência, num primeiro momento, do pai e, num segundo, do padrasto.

Para não confundir a Daniela, atendendo ao facto do pai da mesma já ter falecido e desta ter sido exposta a violência contra a mãe em situações distintas (pelo pai e, posteriormente, pelo namorado da mãe), aquando do preenchimento da EPCCI, pediu-se que considerasse, efetivamente, o pai e que lê-se os tempos verbais apresentados no passado. Perante tais indicações, a Daniela nesse instrumento respondeu “sim” a itens como “Eu ouvi os meus pais terem um desentendimento” e “Eu vi os meus pais a baterem ou a empurrarem um ao outro durante uma discussão” (Ver Anexo 5), confirmando assim a exposição a violência interparental.

Todas as fontes de informação revelam que a Daniela evidencia características de introversão. No PPP, a gestora do processo referia-se a ela como “uma criança *introvertida, revelando timidez no diálogo*”. Na própria observação do comportamento, aquando do preenchimento dos questionários, registou-se introversão. As respostas à escala de extroversão do EPQ-J também evidenciam o mesmo, através das respostas negativas a itens como “Tens muitos passatempos e interessas-te por muita coisa?” ou “Gostas de andar misturado com as outras crianças?” e, afirmativas, ao item “Numa festa, preferes ficar sentado (a) a olhar em vez de participares e te divertires?” (Ver Anexo 5) (Fonseca, 1989). E, por fim, também as respostas afirmativa aos itens da subescala popularidade, do PHCSCS, respetivamente “Tenho dificuldades em fazer amizades”, “Sou uma pessoa tímida” e “Sou impopular”, corroboram a presença de introversão.

Através do EPQ-J, pode ainda constatar-se a presença de instabilidade emocional, destacando-se as respostas afirmativas a itens da dimensão neuroticismo (Fonseca, 1989), tais como “Mudas facilmente de humor?”; “Às vezes pensas em coisas que não te deixam dormir?”; “Preocupaste com coisas terríveis que poderiam acontecer?” ou “Sentes-te muitas vezes cansado(a) sem razão?” (Ver Anexo 5).

A par dessa característica, as respostas da Daniela ao PHCSCS e ao STAIC sugerem a presença de uma sintomatologia ansiosa. Evidenciada, através da subescala ansiedade, do PHCSCS, na qual obteve um total de 3 pontos, cujo intervalo de pontuação é [0-14]. Sendo que nesta subescala, quanto menor é a pontuação, maior é a ansiedade, o resultado da Daniela evidencia um grau elevado de ansiedade. Neste aspeto, importa salientar as respostas afirmativas a itens como “Sou nervosa”; “Preocupo-me muito” ou “Fico preocupado(a) quando temos testes na escola” (Ver Anexo 5). No STAIC, verifica-se a mesma sintomatologia, sendo de notar as respostas “algumas vezes” ou “quase sempre” a 17 dos 20 itens que avaliam a presença de ansiedade (Ver Anexo 5).

De acordo com as respostas ao PHCSCS, a Daniela parece ainda ter um fraco autoconceito, evidenciado nas respostas afirmativas aos itens supracitados da dimensão ansiedade; aos itens da subescala comportamento, tais como “Quando qualquer coisa corre mal, a culpa é geralmente minha” ou “Crio problemas à minha família” (Ver Anexo 5); aos itens da subescala intelectual/escolar, respetivamente, “Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisa” e “Esqueço o que aprendo”; ao item do fator aparência física/atributos “A minha aparência física desagrada-me”; aos itens da subescala popularidade: “Tenho dificuldades em fazer amizades” e “Sou uma pessoa tímida” (Ver Anexo 5); e aos itens da subescala felicidade/satisfação: “A minha aparência física desagrada-me” e “Sou infeliz”.

Digno de nota é, também, o facto da Daniela demonstrar percecionar elevados níveis de culpa em relação ao conflito dos pais, perceptíveis através das suas respostas à escala EPCCI-C. Na qual respondeu “sim” a todos os itens do fator culpa, nomeadamente, “Os desentendimentos dos meus pais são geralmente sobre mim”; “Geralmente a culpa é minha quando os meus pais discutem” ou “Quando os meus pais discutem é geralmente porque eu fiz algo errado” (Ver Anexo 5). Para além de culpa, a Daniela parece ainda percecionar preocupação e medo perante o conflito interparental, evidenciados nas respostas afirmativas a cinco dos seis itens que compõem a subescala ameaça, designadamente, “Quando os meu pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça”; “Quando os meus pais discutem, preocupa-me que um deles se magoe”; “Eu fico com medo quando os meus pais têm desentendimentos”, entre outros (Ver Anexo 5).

Ainda em relação à EPCCI, parece importante reportar que, no fator relação pais-filhos, a Daniela respondeu “sim” a todos os itens, evidenciando assim uma percepção

muito positiva da relação estabelecida com os seus pais, nomeadamente no interesse que estes têm por ela: “A minha mãe está interessada em coisas que eu faço” e “O meu pai interessa-se por coisas que eu faço”; no prazer que sente em passar tempo com eles: “Eu gosto de passar tempo com o meu pai” e “Eu gosto de passar tempo com a minha mãe”; no facto dos pais estarem disponíveis para ela e atenderem às suas necessidades: “A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar”, “A minha mãe faz coisas boas por mim”, “O meu pai ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar”, entre outros (Ver Anexo 5); e no afeto e amor que os mesmos demonstram por ela: “O meu pai mostra que me ama” e “A minha mãe mostra que me ama”.

C. Joana

A Joana tem 9 anos e frequenta o 3º ano, à data da avaliação. Vive com a mãe, D. Alice, na sede do concelho, local onde esta trabalha como auxiliar de serviços gerais. Não tem irmãos. O seu pai vive também na sede do concelho, com a avó paterna da menina. Porém, este por trabalhar no estrangeiro, apenas está em casa aos fins-de-semana.

Os pais da Joana viveram em união de facto, até aos 4 anos da menina. Durante este período de tempo, coabitavam com a avó paterna da Joana. Segundo a D. Alice, a relação terminou devido à ocorrência de frequentes episódios de violência, derivados do alcoolismo do companheiro e da intervenção desestabilizadora da sogra entre o casal.

Após a separação, o exercício das responsabilidades parentais foi regulado em tribunal, ficando estipulado que a Joana viveria com a mãe, tendo o pai direito a fins-de-semana intercalados e a 15 dias de férias por ano. Ao pai cabia ainda a obrigação de pagar a pensão de alimentos.

A sinalização foi realizada pela mãe, como pedido de ajuda, expondo a situação da recusa da Joana em ir para casa do pai, mostrando não querer obrigar a filha a ter de fazê-lo, pois percebia que a menina estava em sofrimento psicológico, e manifestando preocupação com o incumprimento das responsabilidades parentais. A D. Alice explicou que a menina não queria ir para casa do pai, porque ele passava os dias nos cafés a beber e que, para ir para a conversa com os amigos, a deixava ao cuidado das funcionárias dos cafés; e ainda, porque o pai e a avó paterna discutiam muito e, por vezes, nessas situações, a menina ficava sem refeições.

Para além disso, D. Alice afirmou que o seu ex-companheiro, nos fins-de-semana

em que não tem a filha com ele, vai para a porta da casa onde elas vivem tentar arranjar conflitos e fazer ameaças a ela e ao seu atual namorado. Nessas situações, a D. Alice acaba por ter de chamar a GNR para o demover.

Aos fins-de-semana em que compete ao pai ficar com a Joana, algumas vezes este não comparece ou aparece depois da hora marcada. Nessas situações, como a D. Alice não tem familiares nem amigos que vivam perto e que possam ficar com a menina, acaba por levá-la consigo para o local de trabalho.

A progenitora ainda informou que o pai dizia à menina que preferia que ela estivesse numa instituição do que aos cuidados da mãe e que ela e a mãe se haviam de arrepende por fazerem queixa à GNR. Ainda, a par disso, ameaçava a vida da mãe e do namorado através da menina.

Tal como já referido, o pai da Joana tem problemas ligados ao álcool e, por esse motivo, esteve inserido nas consultas de perturbações do uso do álcool (PUA), porém abandonou por negar o problema.

Como fatores protetores, as técnicas salientam o facto da mãe trabalhar, de ter retaguarda familiar e revelar boas competências parentais e, ainda, a Joana usufruir de acompanhamento psicológico.

Quanto ao ajustamento da Joana, a mãe refere que ela chora muito na escola, que refere *ter medo do pai* e do que este possa fazer contra a mãe quando se encontra na escola, uma vez que sente necessidade de proteger a mãe.

Relativamente aos resultados escolares, demonstra ser uma excelente aluna, muito motivada e empenhada.

(a) Observação do Comportamento

No momento do preenchimento dos instrumentos, a Joana evidenciou uma postura muito calma, colaborante e tranquila quanto à minha presença. Apresentou-se com aspeto cuidado e a sua idade aparente parecia corresponder à idade cronológica. Não evidenciou cansaço, nem dificuldades no preenchimento dos instrumentos. Aliás, pelo contrário, mostrou foco, atenção e empenho.

(b) Resultados

Todas as fontes de informação – PPP, observação do comportamento e instrumentos – evidenciam que a Joana revela sinais de introversão. Em específico nos instrumentos, esse traço da sua personalidade é demonstrado nas respostas negativas a itens do fator extroversão do EPQ-J, como por exemplo “Gostarias de explorar um velho castelo assombrado?”; “Gostas de agir com rapidez?” ou “Gostarias de ir à lua por teus próprios meios?” (Ver Anexo 5). E, ainda, no item “Sou uma pessoa tímida” da subescala popularidade do PHCSCS, ao qual respondeu “sim”.

As respostas ao EPQ-J, especificamente aos itens do fator neuroticismo, indicam que a Joana apresenta alguma instabilidade emocional, refletida nas respostas afirmativas a itens como: “Mudas facilmente de humor?”; “Senteste muitas vezes cansado(a) sem razão?” ou “Preocupaste com coisas terríveis que poderiam acontecer?” (Ver Anexo 5).

A par disso, as respostas ao STAIC c-2 sugerem que a Joana apresenta alguma sintomatologia ansiógena, sendo que respondeu “algumas vezes” ou “quase sempre” a itens que traduzem a presença de ansiedade, tais como “Preocupo-me com os meus pais”, “Preocupo-me demasiado”, entre outros (Ver Anexo 5).

A Joana evidencia ainda ter um autoconceito um pouco negativo, principalmente no que respeita às dimensões intelectual/escolar e felicidade/satisfação. Sendo que, na primeira assinala positivamente itens como “Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisa” e “Esqueço o que aprendo” (Ver Anexo 5) e, na segunda dá respostas negativas aos itens “Gosto de ser como sou” e “Sou alegre”.

As respostas dadas a itens do CDI demonstram a presença de alguns sintomas depressivos, nomeadamente, “Não tenho a certeza se as coisas me vão correr bem”; “Preocupo-me muitas vezes com a minha saúde”; “Nunca consegui ser tão bom (boa) como os outros(as) meninos(as)”.

E, por fim, parece ainda relevante salientar as respostas dadas à EPCCI-C, nomeadamente na dimensão preocupação/medo, na qual assinala “sim” em itens como “Quando os meu pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça”; “Quando os meus pais discutem, preocupa-me que um deles se magoe”; “Eu fico com medo quando os meus pais têm desentendimentos” e “Quando os meus pais discutem preocupo-me com o que me acontecerá”. E, ainda, na dimensão relação com os pais, na qual se compreende

que esta percebe a sua relação com a mãe como sendo muito boa, sendo de destacar itens como por exemplo “A minha mãe está interessada nas coisas que eu faço”; “A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar” ou “Eu gosto de passar tempo com a minha mãe” (Ver Anexo 5), aos quais respondeu afirmativamente. Porém, percebe a o oposto na relação com o pai, perceptível através de respostas negativas aos itens “O meu pai mostra que me ama”; “O meu pai faz coisas boas por mim” ou “Eu gosto de passar tempo com o meu pai” (Ver Anexo 5).

7. DISCUSSÃO

Ao analisar os dados obtidos, é possível constatar que as crianças e a adolescente que participaram neste estudo apresentam alguns dos efeitos descritos na literatura.

Tal como se pode verificar no quadro 2, existem algumas problemáticas transversais a todos os jovens avaliados, nomeadamente, a instabilidade emocional (Edleson, 1999b; Fantuzzo & Mohr, 1999; Margolin, 1998; Rossman et al., 2000; Fantuzzo et al., 1991; Jaffee et al., 2002; Kerig, 1998), os sintomas ansiógenos (Hughes, 1988; Maker et al., 1998; Sternberg et al., 1993; Forsstrom-Cohen & Rosenbaum, 1985; Fantuzzo & Mohr, 1999), o autoconceito negativo (Fantuzzo & Mohr, 1999; Hughes, 1988; Hughes & Barad, 1983; Silvern et al., 1995; Widom, 2000) e a preocupação/ medo (Fantuzzo et al., 1991; Fantuzzo & Mohr, 1999; Hughes, 1988; Hughes et al., 1989; Hilberman & Munson 1977).

Neste estudo, não foi possível constatar se os efeitos da exposição à violência interparental são mediados pelo género, uma vez que a amostra é constituída apenas por meninas. No entanto, pode verificar-se que, nesta amostra em concreto, nenhuma das participantes apresenta problemas externalizantes, o que vai de encontro ao exposto pela literatura, uma vez que vários autores (Cummings et al., 1994; Davies & Lindsay, 2004; Figueiredo, 1998; Holt et al., 2008; Kerig, 1998) referem que indivíduos do género feminino tendem a apresentar mais sintomas internalizantes (p.e.: ansiedade e depressão) e o masculino externalizantes.

A literatura refere ainda que as meninas tendem a perceber mais autorresponsabilização e culpa (Cummings et al., 1994; Davies & Lindsay, 2004; Figueiredo, 1998; Holt et al., 2008; Kerig, 1998). Porém, neste estudo em específico, não se podem tirar conclusões relativas a esse aspeto, uma vez que das quatro participantes

apenas duas evidenciaram sentir culpa.

Constatou-se que, nesta amostra, as consequências demonstradas pelos jovens não variam em função do tipo de violência perpetrada, sendo que se observaram os mesmos efeitos entre os participantes expostos a violência física, psicológica, ou ambas. Não se verificando, portanto, a perspectiva sugerida por Cummings e Davies (1994) e Fantuzzo et al. (1991) que apontava nesse sentido.

É de notar que todas as participantes revelam alguns comprometimentos a nível cognitivo, nomeadamente, da concentração, da atenção e da memória, mesmo no caso da Joana em que se verificam excelentes resultados escolares (Jouriles et al., 2008; Sani, 2011a; Widom, 2000).

Quadro 2 – Problemáticas verificadas nas participantes

Participante	Problemáticas evidenciadas
Sofia	instabilidade emocional sintomas ansiógenos sintomas depressivos autoconceito negativo culpa preocupação/medo
Inês	introversão instabilidade emocional sintomas ansiógenos sintomas depressivos autoconceito negativo preocupação/medo má relação com o pai
Daniela	introversão instabilidade emocional sintomatologia ansiógena autoconceito negativo culpa preocupação/medo
Joana	introversão instabilidade emocional sintomatologia ansiógena sintomatologia depressiva autoconceito negativo preocupação/medo má relação com o pai

8. CONCLUSÃO

No presente estudo, partiu-se de uma revisão da literatura existente no âmbito da exposição de crianças e adolescentes a violência interpaparental, a fim de conhecer o estado da arte na área e perceber quais os efeitos que haviam sido descritos na literatura até então. Este primeiro passo foi, desde logo, visto como indispensável, uma vez que o objetivo do estudo consistiu em observar, em casos específicos, a presença desses efeitos.

Considera-se que a utilização da metodologia qualitativa, através de estudo de casos, constituiu uma vantagem, uma vez que permitiu analisar, de diferente perspetivas, o fenómeno em estudo no seu todo e os indivíduos em particular (Thomas, 2011). Assim, foi possível analisar qualitativamente, em pormenor e detalhe, o contexto psicossocial de crianças e adolescente que foram expostas à violência interpaparental, observando-se assim em indivíduos os efeitos que, na maioria das investigações, são traduzidos em números.

Ainda assim, este trabalho comporta algumas limitações. Em primeiro lugar, o facto de não permitir generalizações dos resultados obtidos para a restante população, uma vez que se tratam de estudos de indivíduos concretos, em contextos de grande especificidade. Em segundo, a forma como foi recolhida a informação relativa à história das crianças e da adolescente, sendo que, apesar do plano de promoção e proteção ser uma fonte que comporta informações de grande importância, sobretudo acerca do contexto psicossocial e familiar, não permite explorar no mesmo grau de profundidade que a entrevista, na qual mais facilmente se consegue aceder a dados individuais e específicos relativos ao processo de desenvolvimento da criança ou adolescente e/ou ter uma perceção apropriada acerca das relações familiares. Outra das limitações consistiu na impossibilidade de observar as crianças em contexto natural, como por exemplo, na escola e/ou de questionar as professoras/auxiliares acerca do seu comportamento naquele local, uma vez que através dessas fontes seria possível perceber o seu funcionamento e não somente aceder as perceções da criança acerca do mesmo, como se fez através dos questionários. Importa ainda referir que muita da bibliografia consultada se refere a dados do EUA, ainda que neste estudo se tenha feito um esforço para encontrar referências nacionais.

Parece relevante apresentar algumas recomendações para estudos futuros, nomeadamente, a realização de estudos com amostras mais heterogêneas, sendo que só assim se poderão verificar os efeitos mediadores das variáveis idade e género; a utilização

da técnica observação em campo e o desenvolvimento de estudos longitudinais, visto que a monitorização do percurso de vida de indivíduos que vivenciaram este tipo de situação poderia contribuir para uma melhor compreensão do impacto que essas têm no seu ajustamento futuro.

Referências Bibliográficas

- Adams, C. M. (2006). The Consequences of Witnessing Family Violence on Children and Implications for Family Counselors. *The Family Journal*, 14(4), 334–341. <https://doi.org/10.1177/1066480706290342>
- Alarcão, M. (2000). *(Des) equilíbrios familiares: uma visão sistemática*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 89–102. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x2007000100009>
- Alberto, I. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina. ISBN: 9789724022703
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2001). Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-Escolares. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 14, 449–460. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000300002>
- American Psychological Association. (2017). *Ethical principles of psychologists and code of conduct (2002, amended effective June 1, 2010, and January 1, 2017)*. <http://www.apa.org/ethics/code/index.html>.
- Anderson, S. A., & Cramer-Benjamin, D. B. (1999). The impact of couple violence on parenting and children: An overview and clinical implications. *The American Journal of Family Therapy*, 27(1), 1–19. <https://doi.org/10.1080/019261899262069>
- Antoniazzi, A. S., Dell’aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273–294.
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In R. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Violência e vítimas de crime. Vol I – Adultos* (pp. 43–77). Coimbra: Editora Quarteto.
- Araújo, M. de F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia Em Estudo*, 7(2), 3–11. <https://doi.org/10.1590/s1413-73722002000200002>
- Asante, K. O., Osafo, J., & Nyamekye, G. K. (2014). An Exploratory Study of Factors Contributing to Divorce Among Married Couples in Accra, Ghana: A Qualitative Approach. *Journal of Divorce & Remarriage*, 55(1), 16–32.

<https://doi.org/10.1080/10502556.2013.837715>

- Ashcraft, C. (2000). *Naming Knowledge: A Language for Reconstructing Domestic Violence and Systemic Gender Inequity*. *Women and Language*, 23(1), 3. <https://go.gale.com/ps/i.do?p=AONE&u=googlescholar&id=GALE>
- Baker, L. L., & Cunningham, A. J. (2005). *Learning to listen, learning to help : understanding woman abuse and its effects on children*. Centre for Children & Families in the Justice System. ISBN: 9781895953282
- Ballard, M. E., Cummings, E. M., & Larkin, K. (1993). Emotional and Cardiovascular Responses to Adults' Angry Behavior and to Challenging Tasks in Children of Hypertensive and Normotensive Parents. *Child Development*, 64(2), 500. <https://doi.org/10.2307/1131265>
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 19(2), 261–268. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722006000200012>
- Boulding, E., Domenach, J. M., Galtung, J., Halloran, J. D., Jox, A., Klineberg, O., & Spitz, P. (1981). *La Violencia y sus causas*. Paris: Unesco. ISBN: 9789233018099
- Bourassa, C. (2007). Co-Occurrence of Interparental Violence and Child Physical Abuse and It's Effect on the Adolescents' Behavior. *Journal of Family Violence*, 22(8), 691–701. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9117-8>
- Bromfield, L., Lamont, A., Parker, R., & Horsfall, B. (2010). Issues for the safety and wellbeing of children in families with multiple and complex problems. *National Child Protection Clearinghouse Issues*, 33, 1–23. https://aifs.gov.au/sites/default/files/publication-documents/issues33_0.pdf
- Buchanan, F. (2008). Mother and infant attachment theory and domestic violence: Crossing the divide. *Australian Domestic & Family Violence Clearinghouse*, 5, 1–16.
- Buehler, C., Anthony, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Gerard, J., & Pemberton, S. (1997). Interparental Conflict and Youth Problem Behaviors: A Meta-Analysis. *Journal of Child and Family Studies*, 6(2), 233–247. <https://doi.org/10.1023/a:1025006909538>
- Burman, S., & Duffy-Feins, P. (2007). Children Witnessing Parental Violence. In N. A.

- Jackson (Ed.), *Encyclopedia of Domestic Violence* (pp. 156–160). New York: Taylor & Francis Group.
- Buzawa, E. (2007). Victims of Domestic Violence. In R. C. Davis, A. J. Lurigio, & S. Herman (Eds.), *Victims of Crime* (pp. 55–74). Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc.
- Camargo, C. L. (1998). Violência familiar contra crianças e adolescentes [Tese de Doutorado Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo]. In *Violência familiar contra crianças e adolescentes*. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-14032018-103844/pt-br.php>
- Canha, J. (2003). *A criança maltratada*. Lisboa: Quarteto Editora.
- Carlson, B. E. (2000). Children Exposed to Intimate Partner Violence. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(4), 321–342. <https://doi.org/10.1177/152483800001004002>
- Carlson, M. J., Pilkauskas, N. V., McLanahan, S. S., & Brooks-Gunn, J. (2011). Couples as Partners and Parents Over Children’s Early Years. *Journal of Marriage and Family*, 73(2), 317–334. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00809.x>
- Casanueva, C., Martin, S. L., Runyan, D. K., Barth, R. P., & Bradley, R. H. (2008). Quality of Maternal Parenting among Intimate-Partner Violence Victims Involved with the Child Welfare System. *Journal of Family Violence*, 23(6), 413–427. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9167-6>
- Cassel, E., & Bernstein, D. A. (2007). Violent Crimes. In D. A. Bernstein (Ed.), *Criminal behavior* (pp. 187–212). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia Em Estudo*, 8, 45–54. <https://doi.org/10.1590/s1413-73722003000300007>
- Chaves, E., & Sani, A. (2014). *Violência Familiar: da violência conjugal à violência sobre a criança*. 1(1), 1–10. http://edupsi.utad.pt/images/PDF/revistaN2/Violencia_Familiar_Da_Violencia_Conjugal_a_Violencia_Sobre_A_Crianca.pdf
- Costa, M. E., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Ambar. ISBN: 9789724303857

- Coutinho, M. J. G. (2008). *Histórias de vida tocadas pela violência: Impacto e representações das crianças vítimas de violência interpaparental*. [Dissertação de Mestrado no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.].
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008a). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interpaparental. *Revista Da Faculdade de Ciências Da Saúde Da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 284–293.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008b). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa de abrigo. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas E Sociais, Universidade Fernando Pessoa.*, 5, 188–201.
- Cummings, E. M. (1987). Coping with Background Anger in Early Childhood. *Child Development*, 58(4), 976–984. <https://doi.org/10.2307/1130538>
- Cummings, E. M. & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict : the impact of family dispute and resolution*. New York: Guilford Press. ISBN: 9780898623048
- Cummings, E. M. & Davies, P. (2011). *Marital conflict and children : an emotional security perspective*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, E. M. & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43(1), 31–63. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00003>
- Cummings, E. M., Davies, P. T. & Simpson, K. S. (1994). Marital conflict, gender, and children's appraisals and coping efficacy as mediators of child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 8(2), 141–149. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.8.2.141>
- Cummings, E. M., El-Sheikh, M., Kouros, C. D. & Buckhalt, J. A. (2009). Children and Violence: The Role of Children's Regulation in the Marital Aggression–Child Adjustment Link. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 12(1), 3–15. <https://doi.org/10.1007/s10567-009-0042-7>
- Cummings, E. M., Goeke-morey, M. C., & Papp, L. M. (2003). Children's Responses to Everyday Marital Conflict Tactics in the Home. *Child Development*, 74(6), 1918–1929. <https://doi.org/10.1046/j.1467-8624.2003.00646.x>
- Cummings, E. M., Kouros, C. D., & Papp, L. M. (2007). Marital Aggression and Children's Responses to Everyday Interparental Conflict. *European Psychologist*,

- 12(1), 17–28. <https://doi.org/10.1027/1016-9040.12.1.17>
- Cummings, E. M., Wilson, J., & Shamir, H. (2003). Reactions of Chilean and US children to marital discord. *International Journal of Behavioral Development*, 27(5), 437–444. <https://doi.org/10.1080/01650250344000055>
- Cunningham, A. J., & Baker, L. (2004). *What about me! Seeking to understand a child's view of violence in the family*. New York: The Guilford Press. <https://www.acesdv.org/wp-content/uploads/2014/06/What-About-Me.pdf>
- Cunningham, A. J., & Baker, L. L. (2007). *Little eyes, little ears : how violence against a mother shapes children as they grow*. London, On.: Centre For Children & Families In The Justice System. ISBN: 9781895953329
- Dantas-Berger, S. M., & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 21(2), 417–425. <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2005000200008>
- David, C., Steele, R., Forehand, R., & Armistead, L. (1996). The role of family conflict and marital conflict in adolescent functioning. *Journal of Family Violence*, 11(1), 81–91. <https://doi.org/10.1007/bf02333341>
- David, K. M., & Murphy, B. C. (2004). Interparental Conflict and Late Adolescents' Sensitization to Conflict: The Moderating Effects of Emotional Functioning and Gender. *Journal of Youth and Adolescence*, 33(3), 187–200. <https://doi.org/10.1023/b:joyo.0000025318.26238.40>
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387–411. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.387>
- Davies, P. T., & Lindsay, L. L. (2004). Interparental Conflict and Adolescent Adjustment: Why Does Gender Moderate Early Adolescent Vulnerability? *Journal of Family Psychology*, 18(1), 160–170. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.160>
- Davies, P. T., Myers, R. L., & Cummings, E. M. (1996). Responses of children and adolescents to marital conflict scenarios as a function of the emotionality of conflict endings. *Merrill-Palmer Quarterly*, 42(1), 1–21.
- Davies, P. T., Myers, R. L., Cummings, E. M., & Heindel, S. (1999). Adult conflict history and children's subsequent responses to conflict: An experimental test. *Journal of*

- Family Psychology*, 13(4), 610–628. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.13.4.610>
- Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., Winter, M. A., Cummings, E. M., & Farrell, D. (2006). Child Adaptational Development in Contexts of Interparental Conflict Over Time. *Child Development*, 77(1), 218–233. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2006.00866.x>
- Davies, P. T., & Windle, M. (1997). Gender-specific pathways between maternal depressive symptoms, family discord, and adolescent adjustment. *Developmental Psychology*, 33(4), 657–668. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.33.4.657>
- DeBoard-Lucas, R. L., & Grych, J. H. (2011). The effects of intimate partner violence on school-age children. In S. A. Graham-Bermann & A. A. Levendosky (Eds.), *How intimate partner violence affects children : developmental research, case studies, and evidence-based intervention* (pp. 155–177). Washington, DC: American Psychological Association. ISBN: 978-1-4338-0930-9
- Dehon, C., & Weems, C. F. (2009). Emotional Development in the Context of Conflict: The Indirect Effects of Interparental Violence on Children. *Journal of Child and Family Studies*, 19(3), 287–297. <https://doi.org/10.1007/s10826-009-9296-4>
- Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança : da participação à responsabilidade : o sistema de protecção e educação das crianças e jovens*. Profedições.
- Dias, I. (2004). *Violência na família : uma abordagem sociologica*. Afrontamento.
- Dias, M. A. L. (2016). *Vidas suspensas : as (in)decisões das vítimas : um estudo de caso com mulheres vítimas de violência doméstica* [Dissertação de Mestrado em Serviço Social].
- Dias, P., & Gonçalves, M. (1999). Avaliação da ansiedade e da depressão em crianças e adolescentes (STAI-C2, CMAS-R, FSSC-R e CDI): estudo normativo para a população portuguesa. *Avaliação Psicológica*, VI, 553–564.
- Doerner, W. G., & Lab, S. P. (2008). Intimate Partner Violence. In W. G. Doerner & S. P. Lab (Eds.), *Victimology*. (5th ed., pp. 193–245). New Jersey.
- Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources*, 4(3), 335–354. <https://doi.org/10.1177/1523422302043007>
- Dwyer, P., & Damousi, J. (2020). *General Introduction: Violence in World History* (G. G. Fagan, L. Fibiger, M. Hudson, & M. Trundle, Eds.). Cambridge University Press.

[doi:10.1017/9781316341247.001](https://doi.org/10.1017/9781316341247.001)

- Edleson, J. L., Mbilinyi, L. F., Beeman, S. K., & Hagemester, A. K. (2003). How Children Are Involved in Adult Domestic Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, *18*(1), 18–32. <https://doi.org/10.1177/0886260502238538>
- El-Sheikh, M., Ballard, M., & Cummings, E. M. (1994). Individual differences in preschoolers' physiological and verbal responses to videotaped angry interactions. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *22*(3), 303–320. <https://doi.org/10.1007/bf02168076>
- El-Sheikh, M., Cummings, E. M., & Reiter, S. (1996). Preschoolers' responses to ongoing interadult conflict: The role of prior exposure to resolved versus unresolved arguments. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *24*(5), 665–679. <https://doi.org/10.1007/bf01670106>
- El-Sheikh, M., University, A., & Cummings, E. M. (1995). Children's responses to angry adult behavior as a function of experimentally manipulated exposure to resolved and unresolved conflict. *Social Development*, *4*(1), 75–91. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.1995.tb00052.x>
- Elbow, M. (1982). Children of Violent Marriages: The Forgotten Victims. *Social Casework*, *63*(8), 465–471. <https://doi.org/10.1177/104438948206300803>
- Emery, R. E. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin*, *92*(2), 310–330. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.92.2.310>
- Emery, R. E. (1989). Family violence. *American Psychologist*, *44*(2), 321–328. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.44.2.321>
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, *118*(1), 108–132. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.108>
- Faircloth, W. B., & Cummings, E. M. (2008). Evaluating a parent education program for preventing the negative effects of marital conflict. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *29*(2), 141–156. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2007.12.004>
- Fantuzzo, J. W., DePaola, L. M., Lambert, L., Martino, T., Anderson, G., & Sutton, S.

- (1991). Effects of interparental violence on the psychological adjustment and competencies of young children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(2), 258–265. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.59.2.258>
- Fantuzzo, J. W., & Mohr, W. K. (1999). Prevalence and Effects of Child Exposure to Domestic Violence. *The Future of Children*, 9(3), 21. <https://doi.org/10.2307/1602779>
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Kan, M. L., & Goslin, M. C. (2010). Effects of family foundations on parents and children: 3.5 years after baseline. *Journal of Family Psychology*, 24(5), 532–542. <https://doi.org/10.1037/a0020837>
- Figueiredo, B. (1998). Maus-tratos à criança e ao adolescente (I): situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação E Prática*, 3, 5–20.
- Fishman, H. C. (1999). *Treating troubled adolescents: a family therapy approach*. London, New York: Routledge. ISBN: 9781138872011
- Fitzpatrick, M. A., & Caughlin, J. P. (2002). Interpersonal Communication in Family Relationships. In M. L. Knapp & J. A. Daly (Eds.), *Handbook of Interpersonal Communication* (pp. 726–778). SAGE.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.
- Folkman, S. (1984). Personal control and stress and coping processes: A theoretical analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(4), 839–852. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.46.4.839>
- Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1980). An Analysis of Coping in a Middle-Aged Community Sample. *Journal of Health and Social Behavior*, 21(3), 219. <https://doi.org/10.2307/2136617>
- Fonseca, A. C. (1989). Estudo intercultural da personalidade: Comparação de crianças portuguesas e inglesas no EPQ-Júnior. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 23, 323–345.
- Fontana, A., & Frey, J. H. (1994). Interviewing: the art of science. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. (pp. 361–376). Newsbury Park: Sage.
- Fonte, C. (2005). Investigar narrativas e significados: a Grounded Analysis como

metodologia de referência. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas E Sociais Da Universidade Fernando Pessoa*, 2, 290–297.

- Fortin, A., Doucet, M., & Damant, D. (2011). Children's Appraisals as Mediators of the Relationship Between Domestic Violence and Child Adjustment. *Violence and Victims*, 26(3), 377–392. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.26.3.377>
- Fortin, M. F. (1999). *Processo de Investigação - da Concepção à Realização*. Lusodidacta: Loures. ISBN: 978-972-8383-10-7.
- Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2010). Adolescent Triangulation Into Parental Conflicts: Longitudinal Implications for Appraisals and Adolescent-Parent Relations. *Journal of Marriage and Family*, 72(2), 254–266. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00697.x>
- Fossey, E., Harvey, C., Mcdermott, F., & Davidson, L. (2002). Understanding and Evaluating Qualitative research. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36(6), 717–732. <https://doi.org/10.1046/j.1440-1614.2002.01100.x>
- Gewirtz, A. H., DeGarmo, D. S., & Medhanie, A. (2011). Effects of mother's parenting practices on child internalizing trajectories following partner violence. *Journal of Family Psychology*, 25(1), 29–38. <https://doi.org/10.1037/a0022195>
- Gewirtz, A. H., & Edleson, J. L. (2007). Young Children's Exposure to Intimate Partner Violence: Towards a Developmental Risk and Resilience Framework for Research and Intervention. *Journal of Family Violence*, 22(3), 151–163. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9065-3>
- Giddens, A. (2000). *Mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença. ISBN: 9789722325738
- Gimeno, A. (2001). *A Família - O Desafio da Diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Goldberg, W. A., & Easterbrooks, M. A. (1984). Role of marital quality in toddler development. *Developmental Psychology*, 20(3), 504–514. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.20.3.504>
- Goldblatt, H. (2003). Strategies of Coping Among Adolescents Experiencing Interparental Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(5), 532–552. <https://doi.org/10.1177/0886260503251071>
- Gosselin, D. K. (2007). Forms of Intimate Partner Violence. In N. A. Jackson (Ed.),

Encyclopedia Of Domestic Violence (pp. 408–415). New York: Taylor & Francis Group.

- Gottman, J. M., & Katz, L. F. (1989). Effects of marital discord on young children's peer interaction and health. *Developmental Psychology*, 25(3), 373–381. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.25.3.373>
- Graham-Bermann, S. A., Gruber, G., Howell, K. H., & Girz, L. (2009). Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse & Neglect*, 33(9), 648–660. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.01.002>
- Graziano, A. M., & Mills, J. R. (1992). Treatment for abused children: When is a partial solution acceptable? *Child Abuse & Neglect*, 16(2), 217–228. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(92\)90029-q](https://doi.org/10.1016/0145-2134(92)90029-q)
- Groves, B. M., Zukerman, B., Marans, S., & Cohen, D. J. (1993). Silent Victims Children Who Witness Violence. *JAMA: The Journal of the American Medical Association*, 269(2), 262–264. <https://doi.org/10.1001/jama.1993.03500020096039>
- Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12(3), 437–453. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.12.3.437>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267–290. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.267>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's Appraisals of Marital Conflict: Initial Investigations of the Cognitive-Contextual Framework. *Child Development*, 64(1), 215–230. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1993.tb02905.x>
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (2001). Interparental conflict and child adjustment: An overview. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research, and application* (pp. 1–6). New York: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511527838>
- Grych, J. H., Raynor, S. R., & Fosco, G. M. (2004). Family processes that shape the impact of interparental conflict on adolescents. *Development and Psychopathology*, 16(03). <https://doi.org/10.1017/s0954579404004717>

- Guerra, E. L. D. A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Grupo  nima Educa o.
- Heale, R., & Twycross, A. (2018). What is a case study? *Evidence Based Nursing*, 21(1), 7–8. <https://doi.org/10.1136/eb-2017-102845>
- Hernandez, P. R., & Gr s, R. M. L. (2005). V ctimas de Violencia Familiar: Consecuencias Psicol gicas en Hijos de Mujeres Maltratadas. *Anales de Psicolog a*, Junio, 21(1), 11–17. <https://doi.org/10.6018/analesps>
- Holden, G. W. (1998). Introduction: The development of research into another consequence of family violence. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues*. (pp. 1–18). Washington, DC: American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10257-012>
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The Impact of Exposure to Domestic Violence on Children and Young people: a Review of the Literature. *Child Abuse & Neglect*, 32(8), 797–810. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.02.004>
- Horn, P., & Lieberman, A. F. (2011). Psychological impact on and treatment of children who witness domestic violence. In C. Jenny & D. E. Lowen (Eds.), *Child abuse and neglect : diagnosis, treatment, and evidence* (pp. 501–515). St. Louis, Mo. Elsevier Saunders. ISBN: 1416063935
- Houaiss, A., & Villar, M. (2003). *Dicion rio Houaiss da l ngua portuguesa*. Lisboa: C rculo De Leitores.
- Howell, K. H. (2011). Resilience and psychopathology in children exposed to family violence. *Aggression and Violent Behavior*, 16(6), 562–569. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.09.001>
- Hughes, H. M., & Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in adjustment among children of battered women. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues*. (pp. 185–221). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10257-006>
- Hungerford, A., Wait, S. K., Fritz, A. M., & Clements, C. M. (2012). Exposure to intimate partner violence and children’s psychological adjustment, cognitive functioning, and social competence: A review. *Aggression and Violent Behavior*, 17(4),

373–382. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.04.002>

- Huth-Bocks, A. C., Levendosky, A. A., & Semel, M. A. (2001). The Direct and Indirect Effects of Domestic Violence on Young Children's Intellectual Functioning. *Journal of Family Violence*, *16*(3), 269–290. <https://doi.org/10.1023/a:1011138332712>
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A., & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered women*. Newbury Park, CA: Sage Publications. ISBN: 9780803933842
- Jean-Louis Flandrin. (1995). *Familias : parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa. ISBN: 9789723309713
- Jenkins, J. M. (2000). Marital Conflict and Children's Emotions: The Development of an Anger Organization. *Journal of Marriage and Family*, *62*(3), 723–736. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00723.x>
- Jones, D. J., Forehand, R., Dorsey, S., Foster, S., & Brody, G. (2005). Coparent Support and Conflict in African American Single Mother-Headed Families: Associations With Maternal and Child Psychosocial Functioning. *Journal of Family Violence*, *20*(3), 141–150. <https://doi.org/10.1007/s10896-005-3650-0>
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D., & Ezell, E. (2001). Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy*. (pp. 13–34). Washington DC: American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10408-000>
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Smith Slep, A. M., Heyman, R. E., & Garrido, E. (2008). Child Abuse in the Context of Domestic Violence: Prevalence, Explanations, and Practice Implications. *Violence and Victims*, *23*(2), 221–235. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.23.2.221>
- Jouriles, E. N., Norwood, W. D., McDonald, R., & Peters, B. (2001). Domestic violence and child adjustment. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development: Theory, research and applications* (pp. 315–336). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kashani, J., & Allan, W. (1998). *The Impact of Family Violence on Children and*

- Adolescents*. Thousand Oaks: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781452224688>
- Katz, L. F., & Woodin, E. M. (2002). Hostility, Hostile Detachment, and Conflict Engagement in Marriages: Effects on Child and Family Functioning. *Child Development*, 73(2), 636–652. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00428>
- Kerig, P. K. (1998). Moderators and mediators of the effects of interparental conflict on children's adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 26(3), 199–212. <https://doi.org/10.1023/a:1022672201957>
- Kernic, M. A., Holt, V. L., Wolf, M. E., McKnight, B., Huebner, C. E., & Rivara, F. P. (2002). Academic and School Health Issues Among Children Exposed to Maternal Intimate Partner Abuse. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 156(6), 549. <https://doi.org/10.1001/archpedi.156.6.549>
- Kilpatrick, K. L., & Williams, L. M. (1998). Potential Mediators of Post-Traumatic Stress Disorder in Child Witnesses to Domestic Violence. *Child Abuse & Neglect*, 22(4), 319–330. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(97\)00178-6](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(97)00178-6)
- Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. R., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(2), 339–352. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.71.2.339>
- Koenen, K. C., Moffitt, T. E., Caspi, A., Taylor, A., & Purcell, S. (2003). Domestic violence is associated with environmental suppression of IQ in young children. *Development and Psychopathology*, 15(2), 297–311. <https://doi.org/10.1017/s0954579403000166>
- Kolbo, J. R., Blakely, E. H., & Engleman, D. (1996). Children Who Witness Domestic Violence: A Review of Empirical Literature. *Journal of Interpersonal Violence*, 11(2), 281–293. <https://doi.org/10.1177/088626096011002010>
- Kovacs, M. K. (1992). *Children's Depression Inventory*. Toronto: Multi-Health, Inc.
- Kovacs, M., & MHS Staff. (2011). *Children's Depression Inventory – 2nd Edition*. New York: Multi-Health Systems.
- Lapierre, S. (2008). Mothering in the context of domestic violence: the pervasiveness of a deficit model of mothering. *Child & Family Social Work*, 13(4), 454–463. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2008.00563.x>
- Leandro, M. E. (2006). Transformações da família na história do Ocidente. *Theologica*,

41(1), 51–74. <https://doi.org/10.34632/theologica.2006.1186>

Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro. 2007. Retrieved June 20, 2022, from http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=930&tabela=leis.

Lemos, A. (2008). *Por uma escola que previne: Uma abordagem e reflexão de um projecto educativo de prevenção da violência de género nas escolas*. [Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.].

Letourneau, N. L., Fedick, C. B., & Willms, J. D. (2007). Mothering and Domestic Violence: A Longitudinal Analysis. *Journal of Family Violence*, 22(8), 649–659. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9099-6>

Letourneau, N., Drummond, J., Fleming, D., Kysela, G., McDonald, L., & Stewart, M. (2001). Supporting Parents: Can Intervention Improve Parent-Child Relationships? *Journal of Family Nursing*, 7(2), 159–187. <https://doi.org/10.1177/107484070100700203>

Levendosky, A. A., & Graham-Bermann, S. A. (2001). Parenting in battered women: The effects of domestic violence on women and their children. *Journal of Family Violence*, 16(2), 171–192. <https://doi.org/10.1023/a:1011111003373>

Levendosky, A. A., Huth-Bocks, A. C., Shapiro, D. L., & Semel, M. A. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of Family Psychology*, 17(3), 275–287. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.17.3.275>

Lieberman, A. F., Van Horn, P., & Ozer, E. J. (2005). Preschooler witnesses of marital violence: Predictors and mediators of child behavior problems. *Development and Psychopathology*, 17(02), 385–396. <https://doi.org/10.1017/s0954579405050182>

Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P., & Marchi, R. B. D. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 15(2), 345–362. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722002000200012>

Long, N., & Forehand, R. (1987). The Effects of Parental Divorce and Parental Conflict on Children. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 8(5), 292–296. <https://doi.org/10.1097/00004703-198710000-00010>

- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1992). *Representações da Violência. Percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para diminuir a violência em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2002). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto. ISBN: 9789728717209
- Magalhães, T. (2002). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editorial.
- Manita, C. (2005). *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência doméstica em Portugal. Estudo Preliminar de caracterização*. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres: Coleção Estudos de Género 2 Maia: SerSilito.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir – Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Margolin, G. (1998). Effects of domestic violence on children. In P. K. Trickett & C. J. Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and the community*. (pp. 57–101). Washington, DC: American Psychological Association. ISBN: 978-1-55798-480-7
- Margolin, G., & Gordis, E. B. (2000). The Effects of Family and Community Violence on Children. *Annual Review of Psychology*, 51(1), 445–479. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.445>
- Margolin, G., & Gordis, E. B. (2004). Children's Exposure to Violence in the Family and Community. *Current Directions in Psychological Science*, 13(4), 152–155. <https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00296.x>
- Marques, A. P. T. (2009). *A violência doméstica: a intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projectos de vida alternativos: um estudo de caso*. [Dissertação de Mestrado em Educação Social. Universidade Portucalense].
- Martins, D. D. R. (2009). *O impacto da violência familiar na saúde de crianças e jovens adolescentes* [Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça na Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/11506>
- Marujo, H. M. A. (1994). *Síndromas depressivos na infância e na adolescência*. [Dissertação de doutoramento. Universidade de Lisboa.].
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência*

- e vítimas de crime. Vol. 1 – Adultos* (pp. 81–130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* [Tese de Doutorado em Psicologia da Justiça, Universidade do Minho].
- McCloskey, L. A., Figueredo, A. J., & Koss, M. P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development*, 66(5), 1239–1261. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7555214/>
- McCoy, K., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(3), 270–279. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01945.x>
- McDonald, R., & Grych, J. H. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology*, 20(1), 88–99. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.1.88>
- Milani, R. G., & Loureiro, S. R. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 28(1), 50–67. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932008000100005>
- Miller, L. R. (2016). Definition of Family. *Encyclopedia of Family Studies*, 1–7. <https://doi.org/10.1002/9781119085621.wbef137>
- Miranda, M. (2002). A família como primeiro espaço educativo. *Cadernos de Educação de Infância*, 62, 11–15.
- Morse, J. (1994). Designing Funded Qualitative Research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. London: Sage.
- Mosmann, C. (2007). *A Qualidade Conjugal e os Estilos Educativos Parentais*. [Tese de Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Sul.].
- Mosmann, C. P., Zordan, E. P., & Wagner, A. (2011). A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. In *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*(pp. 58–71). Porto Alegre: Artmed.
- Nicolaidis, C., & Paranjape, A. (2009). Defining Intimate Partner Violence: Controversies and Implications. In C. Mitchell & D. Anglin (Eds.), *Intimate partner*

- violence: A health-based perspective*. (pp. 19–29). New York: Oxford University Press.
- O'Brien, M., Margolin, G., John, R. S., & Krueger, L. (1991). Mothers' and sons' cognitive and emotional reactions to simulated marital and family conflict. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(5), 692–703. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.59.5.692>
- Onyskiw, J. E. (2003). Domestic violence and children's adjustment: A review of research. In R. Geffner, R. S. Igelman, & J. Z. Zellner (Eds.), *Effects of Intimate Partner Violence on Children*. (pp. 11–45). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Geneva: OMS. ISBN: 9241545615
- Osofsky, J. D. (1995). The effects of exposure to violence on young children. *American Psychologist*, 50(9), 782–788. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.50.9.782>
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2002). Marital conflicts in the home when children are present versus absent. *Developmental Psychology*, 38(5), 774–783. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.38.5.774>
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park, CA: Sage.
- Peled, E., & Davis, D. (1995). *Groupwork with children of battered women: A practitioner's manual*. Sage Publications, Inc.
- Pereira, P. C., Santos, A. B. dos, & Williams, L. C. de A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 25(1), 19–28. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722009000100003>
- Pinker, S. (2020, April 2). The Science of Staying Connected. *Wall Street Journal*. https://www.wsj.com/articles/the-science-of-staying-connected-11585835999?reflink=desktopwebshare_permalink
- Poussin, & Martin-Lebrun. (1999). *Os filhos do divórcio* (M. H. Mouah, Trans.). Lisboa : Terramar.
- Reis, Prata, & Parra. (2018). O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Psicologia.pt*, 1–20.

- Ribeiro, M. C. O., & Sani, A. I. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas E Sociais*, 5, 176–186.
- Ribeiro, M. M., & Martins, R. B. (2006). *Violência doméstica contra a criança e o adolescente : a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. Juruá Editora.
- Ribeiro, M., & Martins, R. (2006). *Violência doméstica contra a criança e o adolescente : a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. Curitiba: Juruá Editora.
- Rizzini, I., Barker, G., & Cassaniga, N. (2000). *Criança não é risco, é oportunidade : fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Universidade Santa Úrsula, Coordenação De Estudos E Pesquisas Sobre A Infância-Cespi/Usu. ISBN: 9788572940269
- Rodrigues, A. L. G. T. C. (2006). *De que é feito o amor entre pais que se batem? Significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência, em adolescentes expostos à violência doméstica*. [Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23421>
- Rodrigues, E. (2012). *Percepções de Educadores de uma Escola Pública sobre Violência na Escola* [Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. Centro Universitário Municipal de São José]. <https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/TCC-em-pdf.pdf>
- Rodrigues, M. J. B. (2008). *Reacções emocionais e percepções da criança ao conflito parental*. [Dissertação de doutoramento, Instituto Superior de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. Universidade do Porto.]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19395/2/ReacesEmocionaisPercepoCrianaConflitoParental.pdf>
- Rosenbaum, A., & O’Leary, K. D. (1981). Children: The unintended victims of marital violence. *American Journal of Orthopsychiatry*, 51(4), 692–699. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1981.tb01416.x>
- Rossmann, B. B. R. (2000). Time Heals All: How Much and for Whom?. *Journal of Emotional Abuse*, 2(1), 31–50. https://doi.org/10.1300/j135v02n01_04
- Rossmann, B. B. R. (2001). Longer term effects of children’s exposure to domestic violence. In S. A. Graham-Bermann & J. L. Edleson (Eds.), *Domestic violence in the lives of*

children: The future of research, intervention, and social policy. (pp. 35–65). Washington, DC: American Psychological Association.
<https://doi.org/10.1037/10408-003>

- Rossmann, B., & Ho, J. (2000). Posttraumatic response and children exposed to parental violence. In R. Geffner, P. G. Jaffe, & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence : current issues in research, intervention, prevention, and policy development* (pp. 85–106). New York: Haworth Maltreatment & Trauma Press. ISBN: 9780789008206
- Saarni, C., Mumme, D. L., & Campos, J. J. (1998). Emotional development: Action, communication, and understanding. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (pp. 237–309). Mahwah, NJ: Erlbaum. ISBN: 047134981X
- Sacramento, L., & Rezende, M. (2006). Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, 24, 95–104.
- Sani, A. I. (1999). As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indirecta nas crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação E Prática*, 2, 247–257.
- Sani, A. I. (2002a). *As crianças e a violência : narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto. ISBN: 9789728717322
- Sani, A. I. (2002b). Crianças expostas à violência interparental. In C. Machado, & R. Gonçalves (Org.). (Eds.), *Violência e vítimas de crimes: crianças*. (pp. 95–127.). Coimbra: Quarteto.
- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*. [Dissertação de Doutoramento. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.].
- Sani, A. I. (2006a). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interparental. *Psicologia: Teoria, Investigação E Prática*, 2(11), 111–133.
- Sani, A. I. (2006b). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(180), 849–864.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218722582J2vZM0qb0Xf05ZG5.pdf>
- Sani, A. I. (2007). Sinalização do ambiente natural infantil (S.A.N.I.). In A. Simões, C. Machado, M. Gonçalves, & L. Almeida (Coord.) (Eds.), *Avaliação Psicológica:*

- Instrumentos validados para a população portuguesa, vol. II* (pp. 123–136). Lisboa: Quarteto.
- Sani, A. I. (2011a). *Crianças vítimas de violência: Representações e impacto do fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. I. (2011b). *Temas em vitimologia : realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*. Coimbra: Almedina.
- Sani, A. I., & Almeida, T. (2011). Violência interparental: A vitimação indirecta de crianças. In A. I. Sani (Ed.), *Temas em vitimologia : realidades emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp. 11–32). Coimbra: Almedina.
- Sani, A. I., & Almeida, T. C. (2016). Versão Portuguesa da Escala de Perceção da Criança sobre os Conflitos Interparentais – Versão para crianças dos 7 aos 9 anos (EPCCI-C). *Análise Psicológica*, 34(4), 457–468. <https://doi.org/10.14417/ap.1100>
- Scholte, E. M., & Ploeg, J. D. (2000). Exploring Factors Governing Successful Residential Treatment of Youngsters with Serious Behavioural Difficulties. *Childhood*, 7(2), 129–153. <https://doi.org/10.1177/0907568200007002002>
- Shelton, K. H., & Harold, G. T. (2007). Marital Conflict and Children’s Adjustment: The Mediating and Moderating Role of Children’s Coping Strategies. *Social Development*, 16(3), 497–512. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00400.x>
- Shelton, K. H., Harold, G. T., Goeke-Morey, M. C., & Cummings, E. M. (2006). Children’s Coping with Marital Conflict: The Role of Conflict Expression and Gender. *Social Development*, 15(2), 232–247. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2006.00338.x>
- Shen, A. C.-T. (2009). Long-term effects of interparental violence and child physical maltreatment experiences on PTSD and behavior problems: A national survey of Taiwanese college students. *Child Abuse & Neglect*, 33(3), 148–160. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.07.006>
- Socolar, R. (2000). Domestic violence and children. A review. *North Carolina Medical Journal*, 61(5). <https://www.semanticscholar.org/paper/Domestic-violence-and-children.-A-review.-Socolar/48006d98ff5a08ec712b3ea8b586e1d1c96af743>
- Søilen, K. S., & Huber, S. (2006). *20 Svenska Fallstudier För Små Och Medelstora*

- Företag : Pedagogik Och Vetenskaplig Metod* (p. 221). Lund: Studentlitteratur.
- Sousa, A. B. (2012). *Problemas da família e da criança*. Coimbra : Almedina.
- Spierenburg, P. (2008). Violence: Reflections About a Word. In S. Body-Gendrot & P. Spierenburg (Eds.), *Violence in Europe* (pp. 13–25). Springer, New York, NY.
https://doi.org/10.1007/978-0-387-09705-3_2
- Stake, R. E. (1994). Case Studies. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. (pp. 236–247). Newsbury Park: Sage.
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Guterman, E., & Abbott, C. B. (2006). Effects of early and later family violence on children’s behavior problems and depression: A longitudinal, multi-informant perspective. *Child Abuse & Neglect*, 30(3), 283–306.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.10.008>
- Straus, M. A., Gelles, R. J., & Steinmetz, S. K. (1980). *Behind closed doors : violence in the American family*. Garden City, N.Y.: Anchor Press/Doubleday. ISBN: 9780385142595
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., Cicchetti, D., & Manning, L. G. (2010). Mothers’ Parenting Practices as Explanatory Mechanisms in Associations Between Interparental Violence and Child Adjustment. *Partner Abuse*, 1(1), 45–60.
<https://doi.org/10.1891/1946-6560.1.1.45>
- Sugarman, D. B., & Hotaling, G. T. (1991). Dating Violence: prevalence, context and risk markers. *Journal of Family Violence*, 6, 97–114.
- Thomas, G. (2011). *How to do Your Case Study: A Guide for Students & Researchers* (G. Thomas, Ed.). London: Sage Publications, Inc.
- Thompson, R. A., & Calkins, S. D. (1996). The double-edged sword: Emotional regulation for children at risk. *Development and Psychopathology*, 8(1), 163–182.
<https://doi.org/10.1017/s0954579400007021>
- Veiga, F. H. (1989). Escala de autoconceito: Adaptação portuguesa do “Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale.” *PSICOLOGIA*, 7(3), 275–284.
<https://doi.org/10.17575/rpsicol.v7i3.774>
- Waiselfisz, J. J. (2002). *Mapa da violência III : os jovens do Brasil : juventude, violência e*

cidadania. Brasília: Unesco. ISBN: 9788587853509

- Widom, C. (2000). Childhood victimization: Early adversity, later psychopathology. *National Institute of Justice Journal, January*, 3–8.
- Wolfe, D. A., Crooks, C. V., Lee, V., McIntyre-Smith, A., & Jaffe, P. G. (2003). The Effects of Children's Exposure to Domestic Violence: a Meta-Analysis and Critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3), 171–187. <https://doi.org/10.1023/a:1024910416164>
- Ybarra, G. J., Wilkens, S. L., & Lieberman, A. F. (2007). The Influence of Domestic Violence on Preschooler Behavior and Functioning. *Journal of Family Violence*, 22(1), 33–42. <https://doi.org/10.1007/s10896-006-9054-y>
- Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (R. K. Yin, Ed.). Los Angeles: Sage Publications, Inc.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso* (D. Grassi, Trans.). Porto Alegre: Bookman. ISBN: 9788536304625
- Zeanah, C. H., Larrieu, J. A., Heller, S. S., Valliere, J., Hinshaw-Fuselier, S., Aoki, Y., & Drilling, M. (2001). Evaluation of a Preventive Intervention for Maltreated Infants and Toddlers in Foster Care. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 40(2), 214–221. <https://doi.org/10.1097/00004583-200102000-00016>

Anexo 1 – Síntese das consequências da exposição à violência interpaparental no desenvolvimento e ajustamento de crianças/adolescentes, evidenciadas na literatura

	CONSEQUÊNCIAS	LITERATURA
PROBLEMAS EXTERNALIZANTES	Agressividade	Achenbach & Edelbrock (1983); Carlson (1991); Stagg, Wills, & Howell (1989); Hilberman & Munson (1977); Levine (1975); Rounsaville & Weissman (1977); Westra & Martin (1981); Fantuzzo & Mohr (1999)
	Ajustamento social	Henning, Leitenberg, Coffey, Turner & Bennett (1996)
	Atitudes desadequadas em relação ao uso de violência e a relação de conflitos	Jaffe, Wilson & Wolfe (1986); Kempton, Thomas & Forehand (1989)
	Comportamento antissocial	Achenbach & Edelbrock (1983)
	Atitude de controlo sobre os seus relacionamentos íntimos em adultos	Widom (1989)
PROBLEMAS INTERNALIZANTES	Ansiedade	Hughes (1988); Maker, Kemmelmeier & Peterson (1998); Sternberg et al., (1993); Forsstrom-Cohen & Rosenbaum (1985); Fantuzzo & Mohr (1999)
	Autoestima	Silvern et al. (1995); Hughes (1988); Hughes & Barad (1983); Fantuzzo & Mohr (1999)
	Competência social	Adamson & Thompson (1998); Fantuzzo et al., (1991); Jaffe, Wilson, et al., 1986; Jaffe, Wolfe, et al., 1986; Wolfe et al., 1986; Jaffe, Wilson, et al., 1986; Jaffe, Wolfe, et al., 1986; Wolfe et al., 1986; Jaffe et al., (1986); Wolfe et al., (1985); Fantuzzo & Mohr (1999); Kempton, Thomas & Forehand (1989)
	Comportamento suicida	Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
	Concentração	Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
	Depressão	Hughes (1988); Maker, Kemmelmeier & Peterson (1998); Sternberg et al., (1993); Silvern et al. (1995); Carlson (1991); Stagg, Wills & Howell (1989) Hilberman & Munson (1977); Levine (1975); Rounsaville & Weissman (1977); Forsstrom-Cohen & Rosenbaum, 1985; Fantuzzo & Mohr (1999)
	Dificuldades cognitivas	Edleson (1999b); Fantuzzo & Mohr (1999); Margolin (1998); Rossman, Hughes & Rosenberg (2000)
	Dificuldades atitudinais	Edleson (1999b); Fantuzzo & Mohr (1999); Margolin (1998); Rossman, Hughes & Rosenberg (2000)
	Dificuldades comportamentais	Edleson (1999b); Fantuzzo & Mohr (1999); Margolin (1998); Rossman, Hughes & Rosenberg (2000); Fantuzzo, DePaola, Lambert, Martino, Anderson & Suttons (1991); Levine (1975); Pfoutset al., 1982; Rounsaville & Weissman (1977); Fantuzzo e Mohr (1999); Jaffee, Moffitt, Caspi, Taylor & Arseneault (2002); Kerig (1998)

Dificuldades emocionais	Edleson (1999b); Fantuzzo & Mohr (1999); Margolin (1998); Rossman, Hughes & Rosenberg (2000); Fantuzzo, DePaola, Lambert, Martino, Anderson & Suttons (1991); Jaffee, Moffitt, Caspi, Taylor & Arseneault (2002); Kerig (1998)
Dificuldades na resolução de problemas	Fantuzzo & Mohr (1999)
Empatia	Hinchev & Gavalek (1982); Fantuzzo & Mohr (1999)
Enurese	Hilberman & Munson (1977); Levine (1975); Rounsaville & Weissman (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
Fobias específicas	Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
Funcionamento Cognitivo	Rossman (1998)
Funcionamento escolar	Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
Habilidades cognitivas	Westra & Martin (1981); Fantuzzo & Mohr (1999); Kempton, Thomas & Forehand (1989)
Habilidades motoras	Westra & Martin (1981); Fantuzzo & Mohr (1999)
Habilidades verbais	Westra & Martin (1981); Fantuzzo & Mohr (1999)
Inibição	Fantuzzo et al., (1991); Hughes (1988); Hughes et al., (1989)
Insónias	Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
Medo	Fantuzzo et al., (1991); Hughes (1988); Hughes et al., (1989); Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)
Passividade	Hilberman & Munson (1977)
Pesadelos	Hilberman e Munson (1977); Levine (1975); Rounsaville & Weissman (1977).
Problemas de temperamento	Hughes (1988); Maker, Kimmelmeier & Peterson (1998); Sternberg et al., (1993)
Queixas psicossomáticas	Hilberman & Munson (1977); Levine (1975); Rounsaville & Weissman (1977).
Queixas somáticas	Carlson (1991); Stagg, Wills, & Howell (1989)
Retraimento	Hilberman & Munson (1977)
Sintomas de Trauma	Hughes (1988); Maker, Kimmelmeier & Peterson (1998); Sternberg et al., (1993); Silvern et al. (1995)
Sofrimento	Henning, Leitenberg, Coffey, Turner e Bennett (1996); Jaffe, Wilson, et al., (1986); Jaffe, Wolfe, et al., (1986); Wolfe et al., (1986);
Stress pós-traumático	Kilpatrick & Williams (1997)
Tiques	Hilberman & Munson (1977); Fantuzzo & Mohr (1999)

Anexo 2 - Variáveis do impacto da violência interparental nas crianças/adolescentes

Caraterísticas individuais

idade e maturidade

género

atributos da criança (temperamento, personalidade, capacidades cognitivas, auto-estima)

estratégias de *coping*

perceções e interpretações da criança

Caraterísticas situacionais/contextuais

a) situacionais

relacionadas com a criança

experiência passada

suporte social

caraterísticas dos pais

- saúde mental das mães
- práticas parentais
- qualidade da relação dos pais com os filhos

b) contextuais

relacionadas com os pais ou o conflito parental

contexto

severidade dos conflitos

tipo de violência

conteúdo do conflito

resolução do conflito

Anexo 3 – Respostas mais relevantes para o estudo, dadas pela Sofia, aos instrumentos aplicados

SOFIA		
Instabilidade emocional	EPQ-J – fator neuroticismo¹	
	Aborreces-te com facilidade?	
	Às vezes pensas em coisas que não te deixam dormir?	
	Há muitas coisas que te aborrecem?	
	Sentes-te às vezes triste e infeliz sem razão?	
	Achas frequentemente que a vida é muito monótona (sempre igual, repetitiva)?	
	Preocupas-te com coisas horríveis que poderiam acontecer?	
	Ressentes-te (ficas magoado(a)/ofendido(a)) facilmente quando os outros acham defeitos no teu trabalho ou no teu comportamento?	
	Sentes-te muitas vezes cansado(a) sem razão?	
	És melindroso?	
	Às vezes sentes tonturas?	
	Ressentes-te (ficas magoado/ofendido) com facilidade?	
	Tens muitos sonhos medonhos/assustadores?	
	Ficas preocupado(a) durante muito tempo quando sentes que fazes papel de parvo?	
	Torna-se difícil adormecer quando andas preocupado(a) com alguma coisa?	
	Sentes-te frequentemente só?	
	Precisas frequentemente de amigos que te compreendam e animem?	
	És frequentemente acusado(a) de coisas que nunca fizeste?	
És uma pessoa nervosa?		
Quando vais de carro preocupas-te com a possibilidade de ter um acidente?		
Ansiedade	STAIC c-2	
	Tenho medo de cometer erros	quase sempre
	Apetece-me chorar	quase sempre
	Não me consigo decidir	quase sempre
	É-me difícil enfrentar os meus problemas	quase sempre
	Preocupo-me demasiado	algumas vezes
	Não me sinto bem em casa	algumas vezes
	Sinto-me inquieto	algumas vezes
Pensamentos sem importância passam na minha cabeça e aborrecem-me	quase sempre	

¹ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	A escola preocupa-me	quase sempre
	Tenho dificuldades em gerir o que fazer	quase sempre
	Sinto o meu coração a bater depressa	quase sempre
	Sinto medos que só eu conheço	quase sempre
	Preocupo-me com os meus pais	quase sempre
	Tenho as mãos suadas	algumas vezes
	Preocupo-me com as coisas que possam vir a acontecer	quase sempre
	Custa-me adormecer à noite	quase sempre
	Sinto um aperto no estômago	quase sempre
	Preocupo-me com o que os outros pensam de mim	quase sempre
	PHSCS (subescala ansiedade)²	
	A minha aparência física desagrada-me	
	Tenho medo muitas vezes	
	Sou nervosa	
	Estou triste muitas vezes	
	Fico preocupado(a) quando temos teste na escola	
	Preocupo-me muito	
Depressão	CDI	
	Não tenho a certeza se as coisas me vão correr bem	
	Não gosto de mim	
	Penso em me matar, mas não o faço	
	Há coisas no meu aspeto que não gosto	
	Nada me diverte	
	Durmo mal todas as noites	
	A maior parte das vezes não me apetece comer	
	De vez em quando divirto-me na escola	
	Tenho alguns(mas) amigos(as) mas gostava de ter mais	
	Tenho a certeza que me vão acontecer coisas más	
	Sou culpado(a) de tudo o que me acontece de mau	
	Tudo me aborrece imenso	
	Tenho sempre que fazer um grande esforço para fazer os trabalhos da escola	
	O meu aproveitamento escolar já foi melhor	

² Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Nunca consegui ser tão bom (boa) como os outros(as) meninos(as)	
Fraco autoconceito	PHCSCS – fator comportamento	
	Quando qualquer coisa corre mal, a culpa é geralmente minha	sim
	Muitas vezes sou antipático(a) com as outras pessoas	sim
	Sou obediente em casa	não
	PHCSCS – fator intelectual/escolar	
	Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisas	sim
	Esqueço o que aprendo	sim
	Sou um membro importante na turma	não
	Gostava de ser diferente daquilo que sou	não
	PHCSCS – fator ansiedade	
	Estou triste muitas vezes	sim
	A minha aparência física desagrada-me	sim
	Fico preocupado(a) quando temos teste na escola	sim
	Sou nervosa	sim
	Preocupo-me muito	sim
Tenho medo muitas vezes	sim	
Confirmação da exposição	EPCCI – dimensão propriedades do conflito	
	Eu ouvi os meus pais terem um desentendimento	sim
	Quando os meus pais têm desentendimentos eles gritam um com o outro	sim
	Os meus pais ficam muito zangados quando têm um desentendimento	sim
	Os meus pais têm muitos desentendimentos	sim
	Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir, eles ficam zangados um com o outro	sim
	Quando os meus pais têm uma discussão, eles dizem coisas más um ao outro	sim
	Os meus pais são simpáticos um com o outro a maior parte do tempo	não

Culpa	EPCCI – dimensão culpa³
	Geralmente a culpa é minha quando os meus pais discutem
	Os meus pais dizem que a culpa é minha quando eles não se dão bem
Preocupação/ medo	EPCCI – dimensão ameaça⁴
	Quando os meus pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça
	Quando os meus pais discutem, preocupa-me que um deles se magoe
	Eu fico com medo quando os meus pais têm desentendimentos
	Quando os meus pais têm desentendimentos eu tenho medo que eles gritem comigo
	Quando os meus pais discutem preocupo-me que eles possam divorciar-se
	Quando os meus pais discutem preocupo-me com o que acontecerá
Relação positiva com pais	EPCCI – dimensão relação pais-filhos⁵
	A minha mãe está interessada nas coisas que eu faço
	Eu gosto de passar tempo com o meu pai
	A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	O meu pai mostra que me ama
	Eu gosto de passar tempo com a minha mãe
	A minha mãe faz coisas boas por mim
	O meu pai ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	A minha mãe mostra que me ama
	O meu pai interessa-se por coisas que eu faço
	A minha mãe sabe como me fazer sentir melhor
	O meu pai sabe como me fazer sentir melhor
	O meu pai faz coisas boas por mim

³ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁴ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁵ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

Anexo 4 – Respostas, mais relevantes para o estudo, dadas pela Inês, aos instrumentos aplicados

INÊS		
Introversão	EPQ-J – fator extroversão¹	
	Gostas de muita animação à tua volta?	
	És uma pessoa cheia de energia?	
	Gostarias de explorar um velho castelo assombrado?	
	Consegues organizar e animar uma festa?	
	Gostarias de fazer esqui aquático?	
	Gostas de contar anedotas ou histórias com piada aos amigos?	
	Tens muitos passatempos e interessas-te por muita coisa?	
	Gostarias de ir à lua por teus próprios meios?	
	Gostas de andar misturado com outras crianças?	
	Consideras-te uma pessoa satisfeita com a vida?	
	PHCSCS - subescala popularidade	
	Sou uma pessoa tímida	sim
	Sou impopular	sim
	Sinto-me posto(a) de parte	sim
Nas brincadeiras e nos desportos, observo em vez de participar	sim	
Os meus colegas de turma acham que tenho boas ideias	não	
Tenho muitos amigos	não	
Sou popular entre os rapazes	não	
Sou popular entre as raparigas	não	
Instabilidade emocional	EPQ-J – fator neuroticismo²	
	Mudas facilmente de humor?	
	Aborreces-te com facilidade?	
	Às vezes pensas em coisas que não te deixam dormir?	
	Há muitas coisas que te aborrecem?	
	Sentes-te às vezes triste e infeliz sem razão?	
	Achas frequentemente que a vida é muito monótona (sempre igual, repetitiva)?	
	Preocupas-te com coisas horríveis que poderiam acontecer?	
	Ressentes-te (ficas magoado(a)/ofendido(a)) facilmente quando os outros acham defeitos no teu trabalho ou no teu comportamento?	

¹ Respondeu “não” a todos os itens discriminados.

² Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

Sentes-te muitas vezes cansado(a) sem razão?
Às vezes sentes tonturas?
Muitas vezes sentes-te farto(a) e chateado(a) com tudo?
Às vezes estás tão irrequieto(a) que não consegues ficar sentado(a) quieto(a) durante muito tempo?
Tens muitos sonhos medonhos/assustadores?
Ficas preocupado(a) durante muito tempo quando sentes que fazes papel de parvo?
Gostas de mergulhar ou de te atirares à água no mar ou numa piscina?
Torna-se difícil adormecer quando andas preocupado(a) com alguma coisa?
Sentes-te frequentemente só?
Sentes-te muitas vezes muito alegre e outras vezes muito triste sem nenhuma razão?
Precisas frequentemente de amigos que te compreendam e animem?
És frequentemente acusado(a) de coisas que nunca fizeste?
És uma pessoa nervosa?
Quando vais de carro preocupas-te com a possibilidade de ter um acidente?

Ansiedade	STAIC c-2	
	Tenho medo de cometer erros	quase sempre
	Apetece-me chorar	algumas vezes
	Sinto-me infeliz	algumas vezes
	Não me consigo decidir	quase sempre
	É-me difícil enfrentar os meus problemas	quase sempre
	Preocupo-me demasiado	quase sempre
	Não me sinto bem em casa	algumas vezes
	Sou tímido	quase sempre
	Sinto-me inquieto	algumas vezes
	Pensamentos sem importância passam na minha cabeça e aborrecem-me	algumas vezes
	A escola preocupa-me	quase sempre
	Tenho dificuldades em gerir o que fazer	algumas vezes
	Sinto o meu coração a bater depressa	quase sempre
	Sinto medos que só eu conheço	quase sempre
	Preocupo-me com os meus pais	quase sempre
	Tenho as mãos suadas	algumas vezes
	Preocupo-me com as coisas que possam vir a acontecer	quase sempre
	Custa-me adormecer à noite	quase sempre
	Sinto um aperto no estômago	algumas vezes

	Preocupo-me com o que os outros pensam de mim	quase sempre
	PHCSCS – subescala ansiedade	
	Estou triste muitas vezes	sim
	Sou uma pessoa tímida	sim
	Fico nervoso(a) quando o professor me faz perguntas?	sim
	A minha aparência física desagrada-me	sim
	Fico preocupado(a) quando temos teste na escola	sim
	Desisto facilmente	sim
	Preocupo-me muito	sim
	Preocupo-me muito	sim
	Sinto-me posto(a) de parte	sim
	Gostava de ser diferente daquilo que sou	sim
	Sou infeliz	sim
	Tenho medo muitas vezes	sim
	Choro facilmente	sim
	Gosto de ser como sou	não
Sintomatologia depressiva	CDI – subescala auto-estima negativa	
	Nada me vai correr bem	
	Odeio-me	
	Quero-me matar	
	Eu sou feio(a)	
	CDI – subescala anedonia	
	Nada me diverte	
	Muitas noites durmo mal	
	Sinto-me cansada muitas vezes	
	A maior parte das vezes não me apetece comer	
	Sinto-me só muitas vezes	
	Nunca me divirto na escola	
	Tenho alguns(mas) amigos(as) mas gostava de ter mais	
	CDI – subescala humor negativo/depressivo	
	Estou triste muitas vezes	
	Tenho a certeza que me vão acontecer coisas más	
	Muitas coisas más acontecem por minha culpa	
	Muitas vezes tenho vontade de chorar	

	Tudo me aborrece imenso	
	É difícil tomar decisões	
	CDI – subescala dificuldades nos comportamentos interpessoais	
	Algumas vezes não gosto de estar com pessoas	
	Na maioria das vezes não faço o que me dizem	
Fraco autoconceito	PHCSCS – subescala ansiedade	
	<i>ítems supracitados</i>	
	PHCSCS – subescala comportamento	
	Odeio a escola	sim
	Penso em muitas coisas más	sim
	Faço bem os meus trabalhos escolares	não
	Os meus pais esperam demasiado de mim	não
	Sou uma boa pessoa	não
	PHCSCS – subescala intelectual/escolar	
	Fico nervoso(a) quando o professor me faz perguntas	sim
	Sou lento a terminar os trabalhos de casa	sim
	Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisas	sim
	Sou estúpido(a) em relação a muitas coisas	sim
	Esqueço o que aprendo	sim
	Quando for maior, vou ser uma pessoa importante	não
	Sou um membro importante na minha família	não
	Faço bem os meus trabalhos escolares	não
	Sou um membro importante na minha turma	não
	Sou capaz de dar uma boa impressão perante a turma	não
	Os meus amigos gostam das minhas ideias	não
	Na escola, ofereço-me várias vezes como voluntário	não
	Os meus colegas de turma acham que tenho boas ideias	não
	Gosto de ler	não
	PHCSCS – subescala aparência física/atributos	
	A minha aparência física desagrada-me	sim
	Os meus amigos gostam das minhas ideias	não
	Os meus colegas de turma acham que tenho boas ideias	não
	Sou bonito(a)	não
	Sou popular entre os rapazes	não

	Tenho uma cara agradável	não
	Sou popular entre as raparigas	não
	Tenho uma boa aparência	não
	PHSCS – subescala popularidade	
	<i>ítems supracitados</i>	
	PHSCS – subescala felicidade/satisfação	
	A minha aparência física desagrada-me	sim
	Gostava de ser diferente daquilo que sou	sim
	Sou infeliz	sim
	Sou uma pessoa feliz	não
	Tenho sorte	não
	Gosto de ser como sou	não
	Sou alegre	não
	Tenho uma cara agradável	não
	Sou uma boa pessoa	não
Confirmação da exposição	EPCCI – dimensão propriedades do conflito	
	Eu ouvi os meus pais terem um desentendimento	sim
	Quando os meus pais têm desentendimentos eles gritam um com o outro	sim
	Os meus pais ficam muito zangados quando têm um desentendimento	sim
	Os meus pais têm muitos desentendimentos	sim
	Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir, eles ficam zangados um com o outro	sim
	Quando os meus pais têm uma discussão, eles dizem coisas más um ao outro	sim
	Os meus pais são simpáticos um com o outro a maior parte do tempo	não
	Depois dos meus pais terem uma discussão eles agem de forma agradável um com o outro	não
Quando os meus pais têm um desentendimento geralmente fazem logo as pazes	não	
Preocupação/ medo	EPCCI – dimensão ameaça³	
	Quando os meus pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça	
	Quando os meus pais discutem, preocupa-me que um deles se magoe	

³ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Eu fico com medo quando os meus pais têm desentendimentos
	Quando os meus pais discutem preocupo-me que eles possam divorciar-se
	Quando os meus pais discutem preocupo-me com o que acontecerá
Relação positiva com a mãe	EPCCI – dimensão relação pais-filhos⁴
	A minha mãe está interessada nas coisas que eu faço
	A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	Eu gosto de passar tempo com a minha mãe
	A minha mãe faz coisas boas por mim
	A minha mãe mostra que me ama
	A minha mãe sabe como me fazer sentir melhor
Relação negativa com o pai	EPCCI – dimensão relação pais-filhos⁵
	Eu gosto de passar tempo com o meu pai
	O meu pai mostra que me ama
	O meu pai ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	O meu pai interessa-se por coisas que eu faço
	O meu pai sabe como me fazer sentir melhor
	O meu pai faz coisas boas por mim

⁴ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁵ Respondeu “não” a todos os itens discriminados.

Anexo 5 – Respostas, mais relevantes para o estudo, dadas pela Daniela, aos instrumentos aplicados

DANIELA		
Confirmação da exposição	EPCC – dimensão propriedades do conflito¹	
	Eu ouvi os meus pais terem um desentendimento	
	Os meus pais ficam muito zangados quando têm um desentendimento	
	Os meus pais têm muitos desentendimentos	
	Eu vi os meus pais a baterem ou a empurrarem um ao outro durante uma discussão	
Introversão	EPQ-J – subescala extroversão	
	Gostarias de explorar um velho castelo assombrado?	não
	Tens muitos passatempos e interessas-te por muita coisa?	não
	Gostas de andar misturado com as outras crianças?	não
	Gostarias de praticar paraquedismo?	não
	Gostas de remédios com sabor muito forte como, por exemplo, rebuçados para a tosse?	não
	Consideras-te uma pessoa satisfeita com a vida?	não
	Gostarias de conduzir ou de ir numa mota a grande velocidade?	não
	Numa festa, preferes ficar sentado (a) a olhar em vez de participares e te divertires?	sim
	PHSCS – fator popularidade²	
	Tenho dificuldades em fazer amizades	
	Sou uma pessoa tímida	
	Sou impopular	
	Instabilidade emocional	EPQ-J – dimensão neuroticismo³
Mudas facilmente de humor?		
Aborreces-te com facilidade?		
Às vezes pensas em coisas que não te deixam dormir?		
Preocupaste com coisas terríveis que poderiam acontecer?		

¹ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

² Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

³ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Sentes-te muitas vezes cansado(a) sem razão?	
	És melindroso?	
	Às vezes sentes tonturas?	
	Ressentes-te (ficas magoado/ofendido) com facilidade?	
	Tens muitos sonhos medonhos/assustadores?	
	Andas com frequência na lua quando estás a fazer um trabalho?	
	Torna-se difícil adormecer quando andas preocupado(a) com alguma coisa?	
	Sentes-te frequentemente só?	
	Sentes-te muitas vezes muito alegre e outras vezes muito triste sem nenhuma razão?	
	Precisas frequentemente de amigos que te compreendam e animem?	
	És uma pessoa nervosa?	
	Quando vais de carro preocupas-te com a possibilidade de ter um acidente?	
Ansiedade	STAIC c-2	
	Apetece-me chorar	quase sempre
	Sinto-me infeliz	quase sempre
	Não me consigo decidir	quase sempre
	É-me difícil enfrentar os meus problemas	quase sempre
	Preocupo-me demasiado	quase sempre
	Não me sinto bem em casa	quase sempre
	Sinto-me inquieto	algumas vezes
	Pensamentos sem importância passam na minha cabeça e aborrecem-me	algumas vezes
	Tenho dificuldades em gerir o que fazer	algumas vezes
	Sinto medos que só eu conheço	algumas vezes
	Preocupo-me com os meus pais	quase sempre
	Tenho as mãos suadas	algumas vezes
	Preocupo-me com as coisas que possam vir a acontecer	quase sempre
	Custa-me adormecer à noite	quase sempre
	Sinto um aperto no estômago	quase sempre
	Preocupo-me com o que os outros pensam de mim	algumas vezes
	PHCSCS – subescala ansiedade⁴	
	A minha aparência física desagrada-me	
Tenho medo muitas vezes		

⁴ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Sou nervosa
	Fico preocupado(a) quando temos teste na escola
	Preocupo-me muito
	Sinto-me posto(a) de parte
	Sou infeliz
	Sou uma pessoa tímida
	A minha aparência física desagrada-me
	Fico preocupado(a) quando temos testes na escola
	Desisto facilmente
Fraco autoconceito	PHCSCS – subescala ansiedade
	<i>itens supracitados</i>
	PHCSCS – subescala comportamento⁵
	Quando qualquer coisa corre mal, a culpa é geralmente minha
	Crio problemas à minha família
	Odeio a escola
	Muitas vezes sou antipático(a) com as outras pessoas
	A minha família está desapontada comigo
	PHCSCS – subescala intelectual/escolar⁶
	Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisa
	Esqueço o que aprendo
	PHCSCS – subescala aparência física/atributos⁷
	A minha aparência física desagrada-me
	PHCSCS – subescala popularidade⁸
	Tenho dificuldades em fazer amizades
	Sou uma pessoa tímida
	Sou impopular
	Sinto-me posto de parte
	Sou dos últimos a ser escolhido para jogar
	PHCSCS – subescala felicidade/satisfação⁹
	A minha aparência física desagrada-me

⁵ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁶ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁷ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁸ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁹ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Sou infeliz
Culpa	EPCCI – dimensão culpa¹⁰
	Os desentendimentos dos meus pais são geralmente sobre mim
	Geralmente a culpa é minha quando os meus pais discutem
	Quando os meus pais discutem é geralmente porque eu fiz algo errado
	Os meus pais dizem que a culpa é minha quando eles não se dão bem
Preocupação/ medo	EPCCI – dimensão ameaça¹¹
	Quando os meu pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça
	Quando os meus pais discutem, preocupa-me que um deles se magoe
	Eu fico com medo quando os meus pais têm desentendimentos
	Quando os meus pais têm desentendimentos eu tenho medo que eles gritem comigo
	Quando os meus pais discutem preocupo-me que eles se possam divorciar
	Quando os meus pais discutem preocupo-me com o que me acontecerá
Relação positiva com os pais	EPCCI – dimensão relação pais-filhos¹²
	A minha mãe está interessada em coisas que eu faço
	O meu pai interessa-se por coisas que eu faço
	Eu gosto de passar tempo com o meu pai
	Eu gosto de passar tempo com a minha mãe
	A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	A minha mãe faz coisas boas por mim
	O meu pai ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	A minha mãe sabe como me fazer sentir melhor
	O meu pai sabe como me fazer sentir melhor
	O meu pai faz coisas boas por mim
	O meu pai mostra que me ama
	A minha mãe mostra que me ama

¹⁰ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

¹¹ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

¹² Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

Anexo 6 – Respostas, mais relevantes para o estudo, dadas pela Joana, aos instrumentos aplicados

JOANA		
Introversão	EPQ-J – subescala extroversão¹	
	Gostarias de explorar um velho castelo assombrado?	
	Gostas de agir com rapidez?	
	Gostarias de fazer esqui aquático?	
	Gostarias de ir à lua por teus próprios meios?	
	Gostarias de praticar paraquedismo?	
	Gostas de remédios com sabor muito forte como, por exemplo, rebuçados para a tosse?	
	Gostas de mergulhar ou de te atirares à água no mar ou numa piscina?	
	Consideras-te uma pessoa satisfeita com a vida?	
	Gostarias de conduzir ou de ir numa mota a grande velocidade?	
	PHCSCS – fator popularidade	
	Sou uma pessoa tímida	sim
Instabilidade emocional	EPQ-J – dimensão neuroticismo²	
	Mudas facilmente de humor?	
	Há muitas coisas que te aborrecem?	
	Achas frequentemente que a vida é muito monótona (sempre igual, repetitiva)?	
	Preocupaste com coisas terríveis que poderiam acontecer?	
	Senteste muitas vezes cansado(a) sem razão?	
	És melindroso?	
	Às vezes sentes tonturas?	
	Ficas preocupado(a) durante muito tempo quando sentes que fazes papel de parvo?	
	Às vezes achas que a vida vale a pena ser vivida?	
	Gostas de mergulhar ou de te atirares à água no mar ou numa piscina?	
	Precisas frequentemente de amigos que te compreendam e animem?	
Ansiedade	STAIC c-2	
	Tenho medo de cometer erros	quase sempre
	Apetece-me chorar	algumas vezes

¹ Respondeu “não” a todos os itens discriminados.

² Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Sinto-me infeliz	algumas vezes
	Não me consigo decidir	quase sempre
	Preocupo-me demasiado	algumas vezes
	A escola preocupa-me	algumas vezes
	Tenho dificuldade em decidir o que fazer	algumas vezes
	Preocupo-me com os meus pais	quase sempre
	Tenho as mãos suadas	algumas vezes
	Preocupo-me com as coisas que possam vir a acontecer	quase sempre
	Preocupo-me com o que os outros pensam de mim	algumas vezes
	PHCSCS – subescala ansiedade³	
	Estou triste muitas vezes	
	Sou uma pessoa tímida	
	Fico preocupado(a) quando temos testes na escola	
	Preocupo-me muito	
	Tenho medo muitas vezes	
	Choro facilmente	
Fraco autoconceito	PHCSCS – subescala ansiedade	
	<i>itens supracitados</i>	
	PHCSCS – subescala comportamento	
	Penso em muitas coisas más	sim
	PHCSCS – subescala intelectual/escolar	
	Na escola estou distraído(a) a pensar noutras coisa	sim
	Esqueço o que aprendo	sim
	Tenho boas ideias	não
	PHCSCS – subescala popularidade⁴	
	Sou uma pessoa tímida	sim
	PHCSCS – subescala felicidade/satisfação	
	Gosto de ser como sou	não
	Sou alegre	não

³ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁴ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

Sintomatologia depressiva	CDI - subescala auto-estima negativa	
	Não tenho a certeza se as coisas me vão correr bem	
	CDI - subescala anedonia	
	Preocupo-me muitas vezes com a minha saúde	
	CDI - subescala humor negativo/depressivo	
	Tenho medo que me aconteçam coisas más	
	CDI - subescala ineficácia	
Nunca consegui ser tão bom (boa) como os outros(as) meninos(as)		
Propriedades do conflito	EPCCI – dimensão propriedades do conflito	
	Eu ouvi os meus pais terem um desentendimento	sim
	Quando os meus pais têm desentendimentos eles gritam um com o outro	sim
	Os meus pais ficam muito zangados quando têm um desentendimento	sim
	Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir, eles ficam zangados um com o outro	sim
	Quando os meus pais têm uma discussão, eles dizem coisas más um ao outro	sim
	Depois dos meus pais terem uma discussão eles agem de forma agradável um com o outro	não
Quando os meus pais têm um desentendimento geralmente fazem logo as pazes	não	
Preocupação/ medo	EPCCI – dimensão ameaça⁵	
	Quando os meu pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça	
	Quando os meus pais discutem, preocupa-me que um deles se magoe	
	Eu fico com medo quando os meus pais têm desentendimentos	
	Quando os meus pais discutem preocupo-me com o que me acontecerá	
Relação positiva com a mãe	EPCCI – dimensão relação pais-filhos⁶	
	A minha mãe está interessada em coisas que eu faço	
	A minha mãe ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar	

⁵ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

⁶ Respondeu “sim” a todos os itens discriminados.

	Eu gosto de passar tempo com a minha mãe
	A minha mãe faz coisas boas por mim
	A minha mãe sabe como me fazer sentir melhor
	A minha mãe mostra que me ama
Relação negativa com o pai	EPCCI – dimensão relação pais-filhos
	O meu pai interessa-se por coisas que eu faço
	Eu gosto de passar tempo com o meu pai
	O meu pai ouve-me quando eu tenho alguma coisa para lhe contar
	O meu pai mostra que me ama
	O meu pai sabe como me fazer sentir melhor
	O meu pai faz coisas boas por mim

Anexo 7 - Informação aos participantes

Informação ao participante

No âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, a aluna Mariana Filipa Rodrigues Pereira, com a matrícula número 2016236066, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Pedro Urbano, da mesma faculdade, encontra-se a desenvolver um estudo intitulado “O impacto psicológico da exposição à violência interpaparental: um estudo de casos com crianças e adolescentes acompanhados no âmbito dos processos de promoção e proteção”.

O referido estudo procura conhecer eventuais consequências a nível psicológico, que possam advir da exposição de crianças e adolescentes à violência interpaparental, bem como compreender a forma como os mesmos percecionam este fenómeno. Neste sentido, venho requerer a sua autorização para que o seu/sua filho/a possa participar nesta investigação.

A colaboração da criança/adolescente cinge-se a um único momento, com a duração aproximada de 45 minutos. As informações recolhidas, neste encontro, serão efetuadas através de cinco questionários e de uma pequena entrevista que com a sua autorização poderá ser gravada para permitir uma melhor compreensão dos factos. Importa salientar que a gravação da entrevista será eliminada imediatamente após a sua transcrição. Os quatro questionários são: STAIC-c2 (Questionário de Ansiedade Traço para Crianças), CDI (Inventário de Depressão para Crianças), PHCSCS (Escala de Autoconceito de Piers-Harris) e EPQ-J (Questionário de Personalidade para Crianças e Adolescentes) e EPCCI-C (Escala de Perceção da Criança sobre os Conflitos Interparentais).

A participação neste estudo é voluntária e por esse motivo qualquer interveniente terá a possibilidade de decidir retirar-se a qualquer momento, sem ter de o justificar e sem que tal lhe traga qualquer tipo de consequência.

Esta investigação não comporta riscos físicos, psicológicos, legais ou sociais para os participantes, nem acarreta despesas. A sua identidade e a do menor serão sempre mantidas em anonimato e qualquer informação recolhida será confidencial, não sendo por isso revelada a terceiros em nenhuma circunstância.

Consideramos muito importante a colaboração do/a seu/sua filho/a, uma vez que é através dele/dela será possível adquirir um melhor conhecimento sobre este tema.

Agradeço desde já a sua disponibilidade e atenção.

A investigadora,

Anexo 8 - Declaração de consentimento informado

Declaração de consentimento informado

Eu _____, declaro ter lido e compreendido as informações sobre este estudo, que me foram fornecidas pela autora do mesmo. Declaro ainda, que me foi garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar a participação neste estudo sem qualquer tipo de consequências.

Desta forma, **autorizo** a participação do/a meu/minha filho/filha neste estudo e permito a utilização dos dados que serão fornecidos de forma voluntária, confiando em que serão apenas utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Data: ___ / ___ / 2022

(Assinatura)



Mariana Pereira <marianapereira0298@gmail.com>

Solicitação da autorização para utilização da EPCCI

3 mensagens

Mariana Pereira <marianapereira0298@gmail.com>

9 de março de 2022 às 12:21

Para: anasani@ufp.edu.pt

Exma. Professora Doutora Ani Sani,

Sou aluna do 2º ano de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, na Universidade de Coimbra. Neste momento, encontro-me, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Urbano, a realizar a minha Dissertação de Mestrado, cujo título é "O impacto psicológico da exposição à violência interparental: um estudo de casos com crianças e adolescentes acompanhados no âmbito dos processos de promoção e proteção".

Neste sentido, solicito a autorização da Versão Portuguesa da Escala de Percepção da Criança sobre os Conflitos Interparentais, da qual é autora.

Agradeço, desde já, a disponibilidade e atenção dispensadas.

Com os melhores cumprimentos,

Mariana Pereira.

Ana Isabel Sani <anasani@ufp.edu.pt>

9 de março de 2022 às 14:27

Para: Mariana Pereira <marianapereira0298@gmail.com>

Cara Dra. Mariana Pereira

Junto envio para fins de investigação a Escala de Percepção da Criança sobre os Conflitos Interparentais e com isto minha autorização.

Anexo a escala e artigo de validação.

Bom trabalho,

Ana Isabel Sani

Doctorate (PhD) in Psychology of Justice. Habilitation (Hab) in Child Studies

Associate Professor with Aggregation at University Fernando Pessoa (UFP)

Integrated Member at Research Centre on Child Studies (CIEC) - UM

Coordinator of the MA in Psychology of Justice: Victims of Violence and Crime (MPJ-UFP)

University Fernando Pessoa - Praça 9 de abril, 349 - 4249-004 Porto, Portugal

Tel. + 351 22 507 13 00 | ext. 2305

[Ciência vitae](#) | [Orcid](#) | [Academia](#) | [ResearchGate](#) | [Authenticus](#) | [Sciprofiles](#)

[Google Académico](#) | [Redalyc.org](#) | [Amazon page](#)

[Citação ocultada]

3 anexos

 **CPIC-Y _portuguese_.pdf**
46K

 **GRELHA _ CPIC-Y (PT).pdf**
227K

 **EPCCI-C - Texto validação.pdf**
208K

Mariana Pereira <marianapereira0298@gmail.com>
Para: Ana Isabel Sani <anasani@ufp.edu.pt>

11 de março de 2022 às 10:11

Exma. Prof. Doutora Ana Sani,

É com muito apreço que agradeço a autorização, a resposta e a brevidade da mesma.

Com os melhores cumprimentos,
Mariana Pereira

[Citação ocultada]